

POLITECNIA

Revista do Politécnico de Lisboa
Ano VIII • Maio de 2010



O último figurino de Vera Castro



12



A Escola Superior de Tecnologia da Saúde dedica uma grande atenção ao problema da obesidade, que afecta já mais de 30% dos adolescentes portugueses. A solução passa por campanhas de sensibilização para uma alimentação saudável, iniciativa objecto já de uma parceria entre o IPL e o Auchan.

32



A equipa formada pelos alunos da licenciatura em Gestão, do ISCAL, venceu a 4.ª edição do prestigiado jogo de simulação empresarial "24 horas de Gestão". O grupo é constituído por alunos do horário pós-laboral, dois dos quais ingressaram através das candidaturas de maiores de 23 anos.

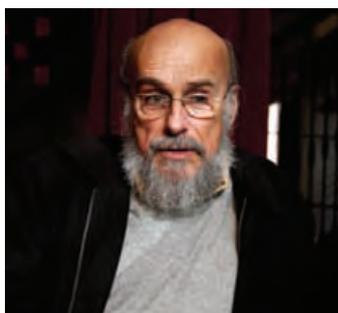
41



O consultor da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, Sérgio Machado dos Santos, diz que os inquéritos aos estudantes são uma boa forma de aferir a qualidade dos cursos. O catedrático defende, em entrevista à Politecnia, a extinção das licenciaturas com deficiências.

48

O encenador João Brites, professor da Escola Superior de Teatro e Cinema, e fundador do grupo O Bando é o protagonista desta edição. A irreverência, que o caracteriza desde a adolescência, é uma das imagens de marca deste homem de teatro. No Vale de Barris, em Palmela, cria espectáculos onde os actores interagem com os espectadores. Aos 62 anos o ensino ocupa uma parte importante da sua vida.



Sumário

- 5** [Parar Para Pensar](#)
L. M. Vicente Ferreira
- 6** [Ronda das Escolas](#)
- 12** [Dossiê](#)
Obesidade Infantil e Alimentação
Joana Sousa
- 19** [Empreendedorismo](#)
IPL aposta no auto-emprego
Francisco Costa Pereira
- 20** [Histórias de Sucesso](#)
Vânia Fernandes, cantora
Clara Santos Silva
- 27** [O Acontecimento](#)
ISEL e o Programa Neptune
Penim Loureiro
- 32** [Novo e Interessante](#)
Alunos do ISCAL vencem 24h de Gestão
Jorge Silva
- 35** [Homenagem](#)
Vera Castro
Vanessa de Sousa Glória
- 41** [A Grande Entrevista](#)
Sérgio Machado dos Santos
Vanessa de Sousa Glória
- 48** [O Protagonista](#)
Perfil de João Brites
Paulo Silveiro
- 59** [Sons da Frente](#)
Nuno Pinto e o clarinete
Sérgio Azevedo
- 60** [Para Reflectir](#)
Os livros e a leitura
Nuno Medeiros
- 62** [Estante](#)
- 64** [Amanhã será notícia](#)
IPL apoia cientistas
Jorge Silva
- 66** [Tribuna Livre](#)
Maria Manuela Rebelo Duarte

ESTATUTO EDITORIAL

1. A revista Politecnia é uma publicação trimestral, editada pelo Instituto Politécnico de Lisboa, que assegura e disponibiliza informação de referência sobre a vida do IPL e a actividade das oito escolas que o integram;
2. A Politecnia respeita a Constituição da República e as leis que se enquadram nos direitos, obrigações e deveres da Imprensa, tendo em conta o Código Deontológico dos jornalistas. E compromete-se a respeitar os direitos e deveres inerentes à liberdade de expressão e ao direito a ser informado, observados que sejam os princípios consignados neste Estatuto Editorial;
3. A Politecnia rege-se por critérios de rigor e honestidade, sem dependências de ordem ideológica, política ou económica, no respeito integral pelos Estatutos e a Lei Orgânica do IPL;
4. A Politecnia elege como público de referência as instituições (económicas, políticas e sociais) da sociedade civil e o corpo docente das oito escolas do IPL, e os alunos, pais e educadores em geral;
5. A Politecnia quer contribuir para a unidade do IPL e a afirmação da sua cultura própria, em prol do desenvolvimento em Portugal de um Ensino Superior de qualidade, apostado na qualificação profissional dos alunos;
6. A Politecnia diferencia os artigos de conteúdo opinativo dos artigos informativos e reserva-se o direito de interpretar e comentar, nos seus espaços de opinião, os factos e acontecimentos de âmbito educativo que se relacionem com a sua actividade;
7. A Politecnia está aberta à colaboração de todos os docentes do Instituto Politécnico de Lisboa que tenham contributos, no domínio da Educação, importantes que queiram partilhar;
8. A Direcção da Politecnia reserva-se o direito de não publicar a colaboração não solicitada, que considere não ter a qualidade pretendida;
9. A responsabilidade dos textos publicados é inteiramente assumida pelos seus autores;
10. A Politecnia participa no debate dos grandes temas da actualidade educativa, relacionados com o Ensino Superior, tendo em vista a discussão de questões de interesse para o IPL e a troca de ideias entre aqueles que se preocupam e dedicam ao seu desenvolvimento e prestígio.

POLITECNIA

Ano IX Número 24 Maio 2010

Director

L. M. Vicente Ferreira

Editor

O Correr da Pena

Redactores

Bárbara Gabriel, Clara Santos Silva, Jorge Silva, Margarida Jorge, Matilde Roque, Paulo Silveiro e Vanessa de Sousa Glória

Fotografia

Catarina Neves, João Costa, José Alexandre, Margarida Jorge, Pedro Pina, Sofia Gomes, Sofia Guerra e Susana Paiva

Correspondentes

Maria Duarte Bello (Comunicação Social), João Costa (Dança), Lucy Wainwright (Educação), Luísa Marques e Pedro Azevedo (Teatro e Cinema), João Martins (Contabilidade e Administração), Ana Raposo e Cláudia Guerreiro (Tecnologia da Saúde)

Colaboradores Permanentes

António Serrador, Luís Osório, Luísa Marques, Manuel Esturrenho, Paulo Morais-Alexandre e Sérgio Azevedo

Colaboradores

Cristina Marques, David Tavares e Manuel Correia

Colunista

Maria Manuela Rebelo Duarte

Grafismo e Paginação

Orlando Raimundo (coordenador), Clara Santos Silva, Paulo Silveiro e Vanessa de Sousa Glória

Propriedade

Instituto Politécnico de Lisboa
Estrada de Benfca, 529
1549-020 Lisboa
Telefone: 217 101 200
Fax: 217 101 236
e-mail: gci@sc.ipl.pt
site: www.ipl.pt

Redacção, Admin. e Publicidade

Estrada de Benfca n.º 529
1549-020 Lisboa

Impressão

Tipografia Peres, Rua das Fontainhas, Lote 2 Venda Nova
2700-321 Amadora

Depósito Legal- 158054/2000

ISSN- 1645-006x

Tiragem: 4 000 exemplares

Capa:

Vanessa de Sousa Glória (arranjo gráfico)
Figurinos de Vera Castro

Avaliação do Ensino Superior

O PROCESSO de avaliação e acreditação das instituições de ensino superior por parte da Agência de Avaliação e Acreditação Nacional, designada por A3ES, iniciou-se com a introdução, na plataforma informática, de todos os cursos ministrados no espaço nacional.

Este processo que para os cursos novos terminou a 30 de Dezembro de 2009 e para os outros cursos terminou a 05 de Abril de 2010 decorreu com normalidade, apesar da sobrecarga no sistema, sobretudo nos últimos dias, ter originado alguns momentos de maior morosidade de resposta.

Cumprida esta primeira etapa iniciar-se-á a partir de agora o processo de avaliação dos cursos. Para suportar esta fase as instituições de ensino superior têm de produzir um documento de auto-avaliação ao curso/instituição, sustentado por um conjunto de referenciais e indicadores pré-estabelecidos, através de um Sistema Interno de Garantia de Qualidade. É intenção da agência que o Sistema Interno de Garantia de Qualidade de cada instituição esteja operacional a partir de Outubro de 2010.

Os referenciais e indicadores já disponibilizados pela agência são, desde logo, boas ferramentas de trabalho para que as Instituições possam debruçar-se sobre eles e estabelecerem os parâmetros para o seu processo de auto-avaliação, sendo garantido, que um bom Sistema Interno de Garantia de Qualidade pode vir a ser certificado pela própria agência, com todas as consequências positivas que tal facto acarretará.

Apesar do pouco tempo que as instituições de ensino superior dispõem para promover todo este processo, o Instituto Politécnico de Lisboa está apostado em implementar um bom Sistema Interno de Garantia de Qualidade, que entre em funcionamento no



L. M. Vicente Ferreira

Apesar do pouco tempo que as instituições de ensino superior dispõem para promover todo este processo, o IPL está apostado em implementar um bom Sistema Interno de Garantia de Qualidade, que entre em funcionamento no prazo estipulado pela agência

prazo estipulado pela agência. Para isso, nomeou uma comissão de trabalho para desenvolver o projecto e pretende discutir em breve com as unidades orgânicas, a melhor metodologia para a sua concretização. Para se garantir uma boa operacionalidade na sistematização e coordenação dos dados consideramos fundamental, dada a dimensão do IPL, o suporte informatizado de todo o sistema. Nesse sentido, estamos a estudar com algu-

mas empresas de “Software” a melhor solução a aplicar.

Contudo, para se ter um bom Sistema Interno de Garantia de Qualidade, é preciso satisfazer também elevados padrões de qualidade, em particular ao nível do corpo docente. A lei exige, para garantir o funcionamento de um curso, instalações adequadas e um corpo docente na área científica respectiva com mais de 15% de doutores e 35% de especialistas.

Sabendo-se que a figura de especialista é uma figura nova, que se constituiu com a aprovação do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, artigo 48.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de Setembro, e posteriormente com a aprovação do D.L. n.º 206/2009, de 31 de Agosto, e que a exigência de doutores no sistema politécnico é obrigatória apenas a partir da aprovação do novo Estatuto da Carreira Docente, D.L. n.º 207/2009, de 31 de Agosto, sendo, por isso, extemporâneas as exigências impostas, que não prevêem prazos razoáveis para a aplicação da norma, importa que façamos um enorme esforço, de modo a que possamos cumprir os valores mínimos estabelecidos por lei, com particular ênfase para o número de doutorados.

Todavia, não podemos deixar de referir, em matéria de doutoramentos, que se deverá ressaltar a situação particular de duas áreas científicas de formação do Instituto Politécnico de Lisboa: Artes Performativas e Tecnologias da Saúde. De facto, estas áreas pelas suas especificidades e enquadramento nacional, dificilmente cumprirão os rácios de doutorados, porque sendo domínios exclusivos de ensino politécnico, e este sistema não pode dar doutoramentos, está praticamente vedada aos docentes a formação avançada ao nível do terceiro ciclo.

Estudantes do IPL lideram Associação Académica

LUÍS Castro presidente da Associação de Estudantes do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa é o novo presidente da Associação Académica de Lisboa. A direcção eleita tem a responsabilidade de dirigir uma das mais importantes associações académicas do país, representando 148.000 Estudantes e 81 Instituições de Ensino Superior.

Na cerimónia de tomada de posse, realizada no passado dia 8 de Março, no Espaço Ágora, para além do presidente e de vários alunos do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, tomaram posse na nova direcção alunos do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, das Escolas Superiores de Tecnologia da Saúde de Lisboa, de Educação de Lisboa e de Comunicação Social.

Numa plateia repleta de estudantes, estiveram presentes o presidente do IPL, Professor Doutor Vicente Ferreira, a presidente da Assembleia de Representantes da ESTeSL, e os representantes dos parceiros estratégicos da AAL. No discurso de tomada de posse, Luís Castro demonstrou confiança, apesar das dificuldades por que passa a Associação Académica de Lisboa, no renascimento da associação levando-a a ocupar o lugar que já lhe pertenceu, como a

maior academia do país nos seus vinte e cinco anos de existência.

A principal preocupação desta direcção passa pela recuperação financeira da AAL, pelo que estão a ser estudados apoios financeiros que brevemente estarão disponíveis. Estão igualmente em curso negociações com a Administração do Porto de Lisboa para a dinamização do Espaço Ágora e com outras instituições como a CGD, o Instituto Português da Juventude e a Câmara Municipal de Lisboa. Luís Castro entende que é necessário a AAL realizar mais actividades, que permitam uma maior visibilidade dos parceiros e da própria associação. Como exemplo apontou o novo site da Associação Académica de Lisboa, que constitui um espaço de divulgação das actividades da academia, e um meio privilegiado de comunicação com as associações de estudantes e com toda a população académica de Lisboa.

A Associação Académica de Lisboa quer, igualmente, desempenhar um papel mais activo na discussão da política educativa, emitindo opiniões sobre os regulamentos e as leis que forem sendo criadas. Luís Castro, afirmou que esta direcção vai combater a apatia que se instalou no passado, apostando num futuro risonho que volte a fazer da AAL uma referência nacional.



Luís Castro no discurso de tomada de posse

Lutar contra o conformismo

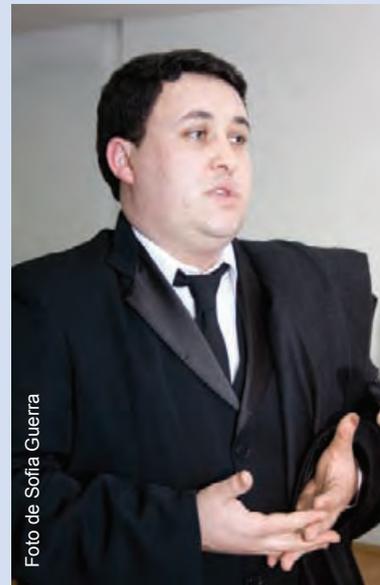


Foto de Sofia Guerra

FINALISTA do curso de Contabilidade e Gestão da Administração Pública, Luís Castro é já, aos 27 anos, uma figura de renome nos movimentos estudantis nacionais. O presidente da associação de estudantes do ISCAL, que já integrava a anterior direcção da Associação Académica de Lisboa, resolveu avançar para a sua liderança para inverter a estagnação a que chegou a associação lisboeta. Quando participava nas reuniões estudantis nacionais, Luís Castro ficava constrangido com a falta de representatividade da associação, que inclusive lhe custou a perda de lugares nos órgãos nacionais.

A ideia de formar uma equipa que mudasse esta situação, foi sendo amadurecida durante algum tempo e apesar do lugar de presidente nunca ter sido uma ambição pessoal, acabou por liderar a lista única que se apresentou a escrutínio. Esta associação continua a ser dirigida por uma equipa onde estão integrados muitos alunos do Instituto Politécnico de Lisboa, o que demonstra a importância deste ensino no movimento associativo estudantil.

24.º Aniversário do Politécnico de Lisboa

Inaugurado novo edifício da Escola de Música

O presidente do Instituto Politécnico de Lisboa e o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Professores Doutores Vicente Ferreira e Mariano Gago, presidiram à cerimónia de inauguração do novo edifício da Escola Superior de Música de Lisboa, no Campus de Benfica. A cerimónia fez parte integrante das comemorações do 24.º aniversário do IPL.

Texto de Paulo Silveiro • Reportagem fotográfica de Sofia Guerra



Vicente Ferreira e Mariano Gago

A CONSTRUÇÃO do emblemático edifício, projectado pelo arquitecto Carrilho da Graça, é a materialização de um sonho do presidente do IPL e de sucessivos dirigentes da Escola Superior de Música, alguns dos quais estiveram presentes, podendo testemunhar com a emoção estampada no rosto, a inauguração da obra.

A comitiva teve a oportunidade de realizar uma visita às instalações da Escola Superior de Música de Lisboa, acompanhada pelas explicações de Carrilho da Graça sobre as especificidades do edifício para o ensino artístico. E num dia onde o tema foi a música, os alunos abrilhantaram a festa com um programa completíssimo, onde orquestras e agrupamentos puderam demonstrar aos convidados grande talento artístico.

O Grande Auditório foi o palco onde decorreu a sessão solene, tendo os discursos proferidos pelo ministro e pelo Presidente do IPL demonstrado o contentamento de ambos, pela obra que inauguraram e pela força que o Ensino Superior Politécnico actualmente apresenta. Mariano Gago, agradado com a visita, relembrou o historial da Escola Superior de Música de Lisboa, “a grande herdeira da tradição do Conservatório Nacional”.

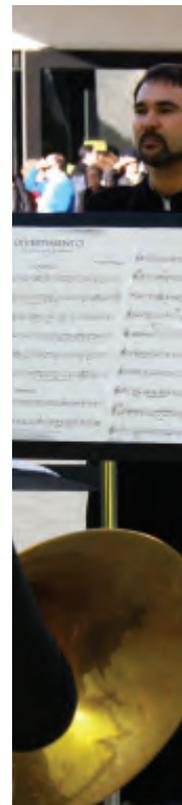
A lição de sapiência esteve a cargo do professor Jorge Moyano, pianista e docente da Escola, que conjugou com grande maestria as palavras com os sons do piano, proporcionando um espectáculo de grande beleza e qualidade.

Durante a cerimónia foram ainda empossados os pró-presidentes do Instituto Politécnico de Lisboa, António Belo, para a área da comunicação, Manuel Correia para a da saúde, e Paulo Morais-Alexandre, para a das artes. Realizou-se igualmente a tradicional homenagem aos funcionários que se aposentaram durante o ano de 2009, tendo recebido a medalha de prata de emérito pelas funções que desempenharam no Instituto.

O bailarino Pedro Ramos, antigo aluno da Escola Superior de Dança, e vencedor do Prémio de Melhor Bailarino Contemporâneo no Portugal Dance Awards, e o realizador João Salaviza, antigo aluno da Escola Superior de Teatro e Cinema, vencedor do grande prémio de Cannes para Curtas-Metragens, foram os alunos homenageados, pela qualidade dos seus trabalhos. A cerimónia encerrou com a actuação da Orquestra de Jazz da Escola Superior de Música de Lisboa.



O ministro foi recebido à entrada pelos dirigentes do IPL e pelo Arq. Carrilho da Graça



O presidente



Actuação da Orquestra Sinfónica da Escola Superior de Música no Grande Auditório

inauguram Escola Superior de Música



do IPL e o ministro no primeiro momento musical



As explicações do Arquitecto Carrilho da Graça na visita ao novo edifício



Foto de Gab. Com. ESCS



Foto de Gab. Com. ESCS

Professor Jorge Moyano homenageado pelo presidente do IPL sob o olhar atento do ministro

IPL no pódio Seat Vodafone

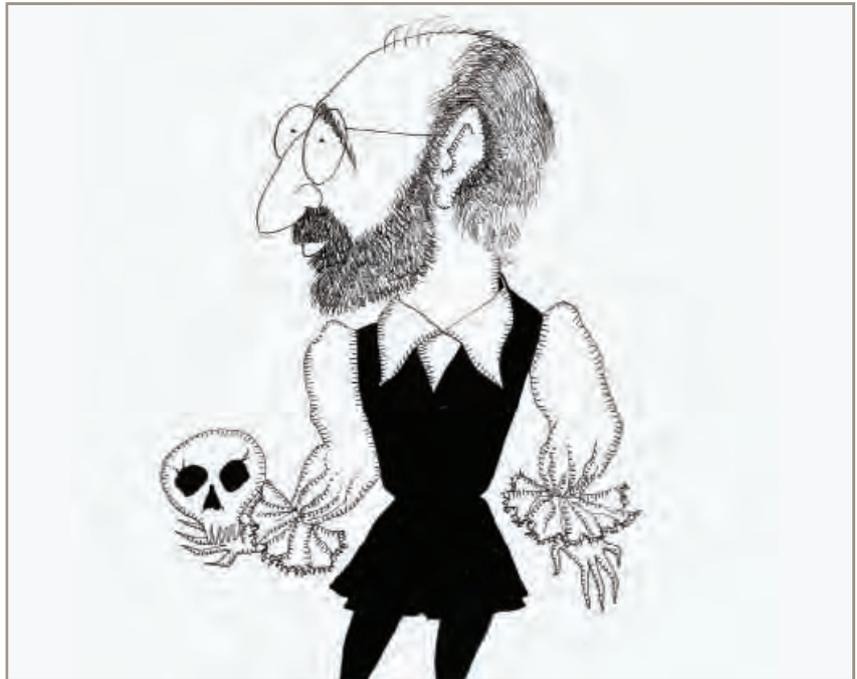
TIAGO Costa e Miguel Faisca foram os campeões do Instituto Politécnico de Lisboa no Desafio Seat by Vodafone, tendo alcançado um extraordinário 3.º lugar na fase final do evento, que decorreu a 17 de Abril, no autódromo do Estoril.

A equipa que representou o Instituto Politécnico de Lisboa, constituída pelos alunos que frequentam o curso de engenharia mecânica no ISEL, tiveram uma prestação brilhante, tendo Miguel Faisca feito o brilhante de ter realizado o melhor tempo no treino cronometrado, o que lhe permitiu largar da pole position. A corrida foi muito disputada entre a equipa do IPL, e as da Universidade do Minho e do Instituto Politécnico do Porto que, com o decorrer da prova, conseguiu distanciar-se dos outros concorrentes e alcançar o 1.º lugar. Tiago Costa, que conduzia o carro no fim da prova, travou uma luta renhida para assegurar o 3.º lugar atrás do carro da Universidade do Minho, numa altura em que vários concorrentes disputavam aquele lugar.

Para os alunos do IPL, que tiveram de ultrapassar as quatro fases do desafio, esta foi uma experiência única, tendo ambos realçado o espírito de convívio que reinou entre todos os concorrentes.



Carlos Porto: a paixão pelo teatro



O GRANDE crítico do teatro, Carlos Porto escreveu poesia, traduziu dramaturgos, e foi ele próprio dramaturgo. Um dos mais conhecidos textos que nos deixou foi a narrativa “Fábrica Sensível”, cujo documento original foi projectado na Escola Superior de Teatro e Cinema, servindo de fundo a uma leitura encenada dos alunos do 2.º ano da licenciatura em Teatro. A iniciativa decorreu no âmbito da homenagem prestada pela escola e pelo Instituto Politécnico de Lisboa, como forma de agradecimento da doação de parte do seu espólio, feita pela viúva do crítico teatral, Teresa Porto.

A escola recebeu perto de cinco mil livros e revistas, tendo feito todos os esforços para “acolher o espólio com toda a dignidade”, nas palavras de Filipe Oliveira, presidente da ESTC.

Na homenagem foram muitos os que quiseram marcar presença para ouvir os testemunhos de quem conviveu de perto com Carlos Porto. A cerimónia pôde contar com o presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, Vicente Ferreira, que fez questão de entregar a Teresa Porto a medalha de prata da instituição, como sinal de reconhecimento.

Cristina Loureiro dirige Educação

O PRESIDENTE do Instituto Politécnico de Lisboa, Vicente Ferreira, empossou a professora Cristina Loureiro como Presidente da Escola Superior de Educação de Lisboa e as professoras Teresa Vasconcelos e Mariana Dias como presidentes do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Pedagógico, respectivamente.

Anteriormente, já tinha sido empossado no cargo de Presidente do Conselho de Representantes o professor João Rosa.

A cerimónia realizou-se a 7 de Maio, nos Serviços da Presidência do IPL.



Teatro na Escola Superior de Educação

NA SEQUÊNCIA do estágio das turmas do 2.º ano do curso de Animação Sociocultural da Escola Superior de Educação de Lisboa realizaram-se ali, em 24 e 26 de Março, dois espectáculos de Teatro.

No dia 24 de Março apresentou-se no Anfiteatro da ESELx, o grupo de Teatro Fórum do Vale da Amoreira da Moita com o espectáculo “X-perar”. O texto, criação colectiva do grupo, que surgiu de factos reais, abordava o tema da sexualidade na juventude: cuidados a ter no uso do preservativo ou qual o momento mais adequado para ter a primeira relação sexual. Os actores muito jovens têm entre 11 e 20 anos.

Este espectáculo, na linha do Teatro Fórum, que é uma das formas do Teatro do Oprimido, foi criado pelo dramaturgo, encenador e escritor Augusto Boal e tem a particularidade de incitar o público a dar a sua opinião, sobre o que se passa em palco. O curinga (instigador do debate no final da peça) discute com o público o comportamento das personagens e o que passou em palco. Quando alguém não concorda com o comportamento de uma personagem é convidado a ir à cena, substituir o actor em questão e, assim tentar encontrar uma solução para o conflito. Neste espectáculo houve um debate vivo que se prolongou quase por duas horas e, levou alguns alunos que estavam na plateia a ir ao palco e substituir os actores.

No dia 26 do mesmo mês apresentou-se no Salão Nobre o grupo de Teatro Reflexo de Sintra com a peça para crianças “Scherazade a contadora de histórias”. O público era composto por 200 crianças do Bairro da Boavista que vieram de propósito à nossa Escola para assistir ao espectáculo. O espectáculo foi um êxito e a reacção das crianças foi de surpresa, alegria e de contentamento, pois todas ou quase todas nunca tinham tido o prazer de ver Teatro.

O trabalho dos professores Ana Simões, Joana Campos e João Menau e das estagiárias Regina Duarte e



Elizabete Passos, com a comunidade não vai ficar por aqui.

No dia 29 de Abril às 19h30 tivemos o prazer de receber no nosso Anfiteatro o grupo de Teatro RefugiActo, do Centro de Acolhimento para os Refugiados (CPR), com a peça “Abrigo”, com encenação de Davoud Ghorbanzadeh e com a colaboração da estagiária Teresa Silva. A particularidade deste grupo é ter na sua maioria actores estrangeiros e das mais diversas nacionalidades. O gru-

po de Teatro existe desde 2004 e, a ideia de o formar emergiu das aulas da Dr.ª Isabel Galvão, professora do ensino-aprendizagem da língua portuguesa no CPR. No final do espectáculo haverá um debate sobre o que é ser um Refugiado e seus problemas de integração na sociedade portuguesa, orientado pela presidente do CPR Dr.ª Teresa Tito de Morais.

Para além destas iniciativas, outros alunos da Animação Sociocultural têm igualmente em curso a preparação da vinda de outras actividades artísticas, anunciando uma linha que se deseja de continuidade.

É com estas e outras iniciativas culturais que poderemos abrir novos horizontes aos futuros Animadores, professores do Ensino Básico, professores e funcionários desta Escola, assim como darmos a estas crianças o prazer de ver Teatro, a fruição do objecto artístico e mostrar-lhes novos caminhos de conhecimento e entendimento; para que os seus mundos se abram e, não sejam tolhidos pelos exemplos da violência e de abandono do seu Bairro.

Um agradecimento especial à Junta de Freguesia de Benfica que nos cedeu os 5 autocarros que trouxeram as crianças do Bairro da Boavista até à nossa Escola.

João Menau



OMS preocupada com as crianças

A obesidade é um grave problema de saúde pública em Portugal

As preocupações com a obesidade remontam ao tempo de Hipócrates. Este dizia que os homens obesos morriam mais cedo que os homens não obesos. A obesidade, em tempos considerada como um problema estético, mais do que médico, é hoje, oficialmente reconhecida como um problema preocupante de Saúde Pública.

Texto de Joana Sousa (professora da EsteSL)



A OBESIDADE na infância e adolescência está a tornar-se um autêntico flagelo, não apenas nos países desenvolvidos mas também nos países em vias de desenvolvimento. Nos Estados Unidos da América, 62% da população tem obesidade e estima-se que, nos próximos anos,

a taxa suba para os 75%. Já em Portugal mais de 50% da população padece deste grave problema de Saúde Pública.

A Organização Mundial da Saúde considera a obesidade como o novo síndrome mundial, caracterizando-o como a pandemia do século XXI.

A obesidade representa uma das patologias mais difíceis de tratar, sendo apontada como o distúrbio nutricional mais frequente em crianças e adolescentes nos países desenvolvidos. As evidências sugerem que o problema está a agravar-se rapidamente. O aumento da prevalência de obesidade

Distribuição do percentil de I.M.C. por sexo

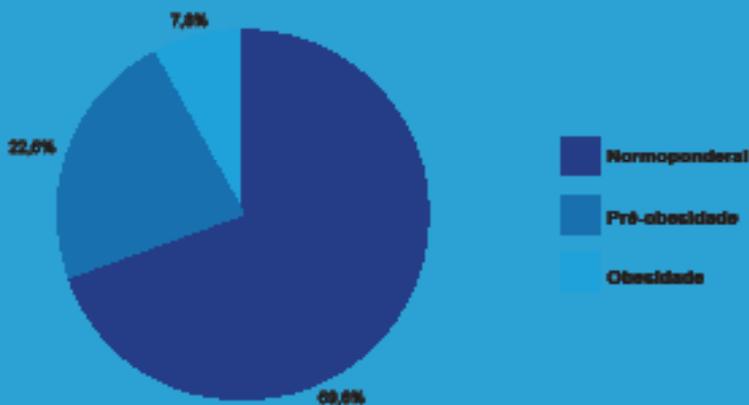


Figura 1

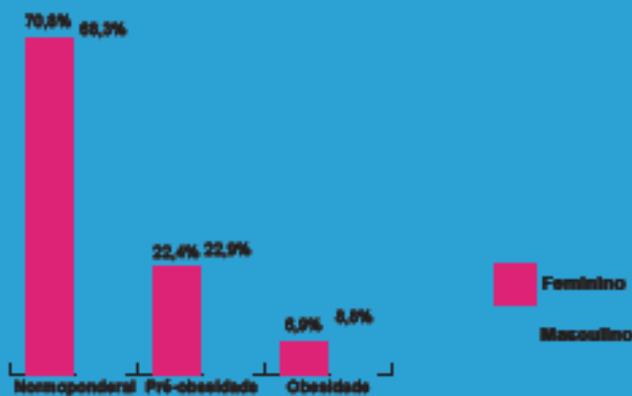


Figura 2

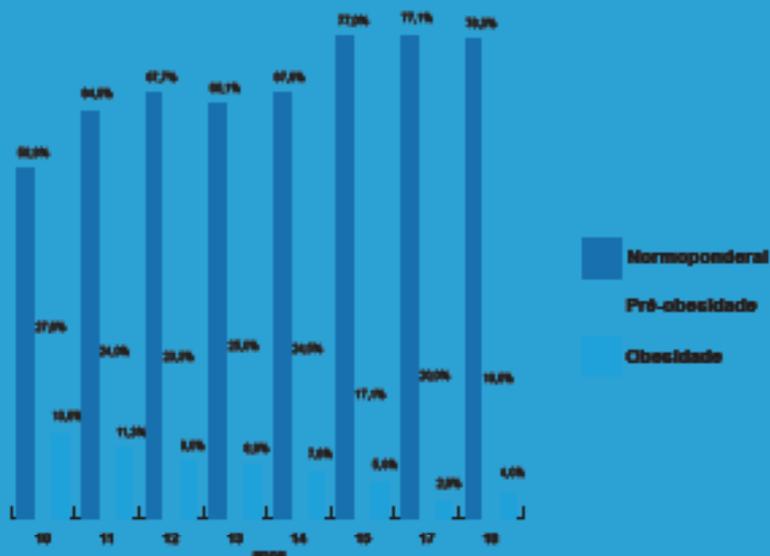


Figura 3

infantil pode fazer com que a próxima geração apresente indicadores de obesidade no adulto superiores aos indicadores actuais. Pelo facto de a obesidade estar intimamente associada a diferentes patologias crónicas faz com que estejamos perante um enorme desafio para o sistema de cuidados de saúde.

A classificação de obesidade em crianças e adolescentes não é fácil, pelo facto de a altura e a composição corporal estarem em constante alteração e tais alterações poderem ocorrer em diferentes momentos da vida e traduzirem-se em diferentes taxas entre populações diferentes. Nas crianças e adolescentes, é consensual a utilização dos percentis de IMC obtidos estatisticamente através de uma população de referência.

Foi desenvolvido um estudo em Portugal que teve como objectivo determinar a prevalência de obesidade infanto-juvenil em Portugal, dado que até à data era desconhecido. Fizeram parte do estudo 5708 adolescentes distribuídos de norte a sul do país.

Concluiu-se que em Portugal existem 30,4% de adolescentes entre os 10 e os 18 anos com excesso de peso (Figura 1).

Constatou-se que, quer na prevalência de pré-obesidade, quer de obesidade os indicadores eram superiores nos rapazes. As raparigas apresentam excesso de peso em 29,3% dos casos e os rapazes em 31,7% dos casos (Figura 2).

Quando avaliada a distribuição da prevalência de pré-obesidade e obesidade tendo em conta a idade constatou-se que de uma forma geral à medida que a idade aumenta, a prevalência de pré-obesidade ou obesidade diminui, o que pode reflectir que os adolescentes estão a tornar-se obesos cada vez mais cedo (Figura 3).

Como se pode constatar estamos perante um grave problema nacional de Saúde Pública, não esquecendo que estes adolescentes são os adultos de amanhã com todas as implicações de morbilidade e mortalidade associadas, pelo que se torna emergente uma intervenção efectiva.

O tratamento recomendado para que crianças e adolescentes com ex-

Tecnologia da Saúde entra na luta

O AUDITÓRIO da escola foi o palco do evento, organizado pela Prof. Doutora Luísa Veiga e pelo Prof. Doutor Miguel Brito, do Departamento de Ciências Naturais e Exactas da Escola Superior de Tecnologia da Saúde. Os docentes abordaram vários factores deste grave problema de saúde, que em 2025 atingirá cerca de 50% da população mundial.

A luta contra a obesidade exige uma intervenção multidisciplinar, onde profissionais de saúde como médicos, bioquímicos, geneticistas, nutricionistas, dietistas, psicólogos e técnicos de exercício físico terão um papel importante a desempenhar.

Perante uma plateia com mais de 150 participantes inscritos, os oradores convidados onde se incluíam a Prof. Doutora Isabel do Carmo, Endocrinologista do Hospital de Santa Maria; Dr. José Silva-Nunes, Endocrinologista do Hospital Curry Cabral; Maria João Fagundes, Psicóloga do Hospital de Santa Maria; José Camolas, Nutricionista do Hospital de Santa Maria (que integram a Plataforma Contra a Obesidade da Direcção-Geral da Saúde); e o Dr. Elvis Carnero, da Universidade da Corunha,



Foto de Sofia Guerra

Graça Andrade, docente da ESTeSL, foi uma das oradoras

apresentaram estratégias alimentares para a perda ou a manutenção de peso corporal, assim como os aspectos psicológicos que ajudam a esta intervenção.

O contributo da ESTeSL esteve a cargo das Professoras Graça Andrade e Joana Sousa, que se pronunciaram sobre a abordagem cognitivo-

comportamental na intervenção psicológica na obesidade e sobre a intervenção dietética em crianças obesas, respectivamente.

Estas jornadas constituíram um momento muito importante, na abordagem da obesidade, enquanto patologia multifactorial.

Jorge Silva

cesso de peso consigam atingir um peso mais saudável utiliza quatro estratégias comportamentais primárias: redução do aporte energético, aumento do gasto energético (aumento da prática de actividade física e diminuição da prática de actividades sedentárias), participação activa dos pais e educadores no processo de mudança e ajuda do ambiente familiar de suporte.

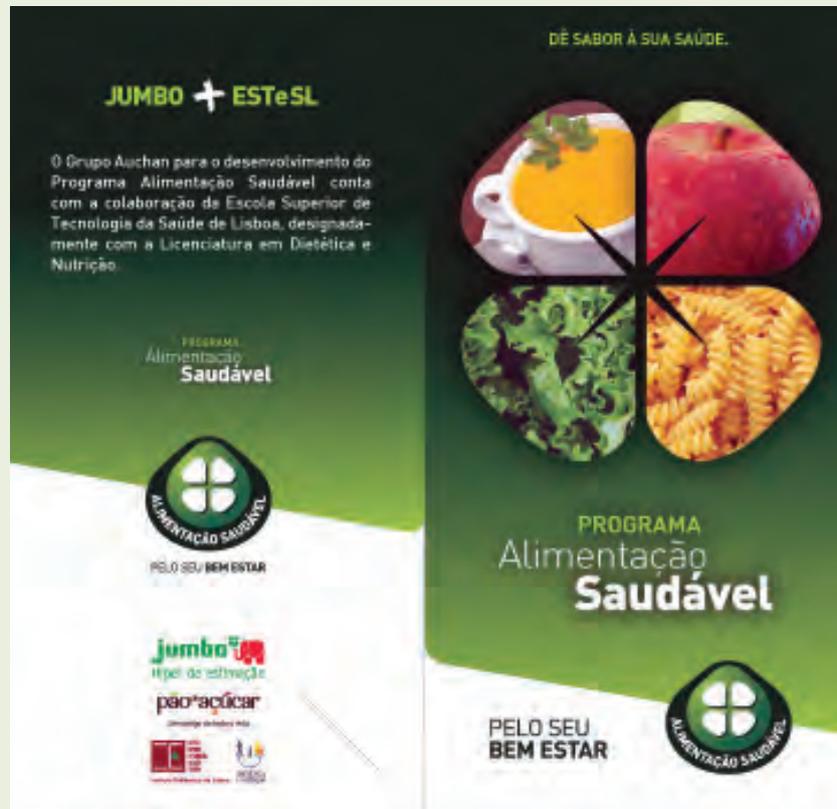
A prevenção do excesso de peso é crítica para um tratamento com sucesso devido aos resultados a longo prazo. Factores genéticos, ambientais ou a combinação de factores de risco que predispõem a criança ou adolescente para a obesidade podem e devem ser identificados.



Aprender regras de bem comer

ALERTAR os portugueses para a importância de uma alimentação saudável e equilibrada é o objectivo dos folhetos do programa “Alimentação Saudável” que está a ser distribuído aos clientes e funcionários das lojas Auchan. Dicas sobre alimentos, receitas fáceis de cozinhar e económicas são algumas das informações úteis que ali estão.

Abóbora, batata, alho francês, cebola, azeite, sal e água são os ingredientes essenciais para cozinhar, por exemplo, uma sopa de abóbora, fácil de confeccionar e acessível a todos os bolsos. Se adicionarmos à receita sementes de linhaça estamos a prevenir o aparecimento de doenças cardiovasculares, o ingrediente “aumenta o teor de ácidos gordos polinsaturados (ómega 3)”. A dica é do dietista e consta no folheto “Sopa todos os dias”, do programa “Alimentação Saudável”, com 150 mil exemplares distribuídos em 22 lojas do grupo Auchan por todo o país. Com a participação da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa o projecto, da autoria do Auchan, – que pretende sensibilizar e informar sobre as melhores opções alimentares – engloba não só a disponibilização de folhetos em todas as lojas mas também a formação específica para clientes e funcionários. O programa é candidato ao Nutrition Awards de 2010, um concurso que distingue e premeia iniciativas pioneiras na área da Nutrição em Portugal. Os clientes



aderiram de imediato à campanha de sensibilização, prova disso foi o registo de vendas de sementes de linhaça que aumentou consideravelmente, segundo Paulo Monteiro, director de nutrição saúde e bem-estar do Auchan.

A ideia do programa vai mais além do que informar tenciona-se sensibilizar e educar para os méritos e benefícios de uma alimentação saudável através de sugestões que permitam alterar hábitos e estilos de vida dos consumidores. A recei-

ta da sopa de abóbora é exemplo disso “Para além de ser um prato tradicional português muito rico e equilibrado, sob o ponto de vista nutricional, torna-se numa excelente opção nos tempos de crise em que vivemos”, quem o diz é o professor Lino Mendes, responsável pela área científica do curso de Dietética e Nutrição da ESTeSL, que se congratula pela participação da escola no projecto.

Vanessa de Sousa Glória

As famílias devem ser educadas antecipadamente para reconhecer o impacto que têm nos hábitos alimentares e de actividade física na vida das crianças e adolescentes. Práticas alimentares que incentivem a moderação em vez do consumo excessivo devem ser promovidas, enfatizando escolhas alimentares saudáveis em vez de padrões alimentares restritivos. Actividade física regular deve ser promovida de forma prioritária no ambiente familiar, escolar e comunitário. O caminho ideal para a

prevenção é o de aliar a intervenção dietética com a actividade física.

As crianças e adolescentes devem ser ajudados precocemente a desenvolver hábitos alimentares e de actividade física, porque as intervenções tornam-se mais efectivas quando os hábitos comportamentais se estão a formar.

Com a obtenção destes resultados, considera-se de extrema importância uma rápida actuação de Saúde Pública, em que o Governo deverá

assumir um papel relevante ao nível do desenvolvimento de estratégias preventivas que permitam reduzir os indicadores encontrados. Tais estratégias devem incidir sobre um controlo dos hábitos alimentares e consumo energético total e ao mesmo tempo, proporcionar um aumento da prática de actividade física por parte desta população com uma reestruturação do programa escolar e com a criação de infra-estruturas que facilitem a prática de comportamentos saudáveis.

Viva a dieta mediterrânica

Através de combinações “práticas, económicas e saborosas” pretende-se que os destinatários do projecto “Alimentação Saudável”, uma iniciativa do Grupo Auchan com a Escola Superior de Tecnologia da Saúde, possam melhorar os hábitos alimentares aproveitando a dieta mediterrânea praticada em Portugal, caracterizada pela variedade dos seus componentes, explica Lino Mendes, responsável pelo grupo de trabalho da ESTeSL. Com a missão de desenvolver conteúdos de base científica para o programa, Lino Mendes faz questão de explicar que a parceria foi desenvolvida com um único propósito o de promover e contribuir para a educação alimentar. O protocolo entre as duas instituições foi assinado no ano passado, embora já existisse uma colaboração anterior, através da qual os finalistas da licenciatura de Farmácia realizaram estágios nas Parafarmácias do Auchan.

Desde o primeiro momento em que foi criada que a Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa tem adoptado e fomentado como estratégia o apoio e a intervenção comunitária. Por diversas ocasiões a licenciatura em Dietética e Nutrição tem desenvolvido, através de protocolos, acções em câmaras municipais e escolas. A atitude foi reconhecida e elogiada pelo Auchan: “O carácter prático e a ligação à sociedade do curso foram factores importantes que pesaram na escolha da escola para ser parceira neste projecto” explica José Cordeiro, responsável pela área de produto do grupo.

“SOPA todos os dias” é o primeiro de uma série de quatro folhetos colecionáveis que, até final do ano, vão estar disponíveis. “SALADAS ao fresco”, “FRUTA doce e saudável” e “MASSAS com tudo” são os próximos temas a serem retratados na campanha de sensibilização que teve início no ano passado e termina em 2011. Nesta última fase do programa – que também inclui a participação da ESTeSL – prevê-se a realização de uma abordagem nutricional



por grupos e faixas etárias. Só na primeira fase da campanha, em 2009, quando se abordou os temas: Fibra, Gordura, Açúcar e Sal, é que a escola não participou no projecto.

Os folhetos informativos incluem uma parte dedicada ao cálculo nutricional; uma proposta de receita saudável e a dica do dietista que pode ser uma pergunta ou sugestão de alimentos ou nutrientes. Na elaboração dos conteúdos o grupo de trabalho da ESTeSL, constituído pelos professores Lino Mendes, Joana Sousa e Marisa Cebola, preocupou-se em utilizar uma linguagem descodificada e acessível aos clientes e funcionários que, desde logo, à entrada das lojas, têm folhetos disponíveis em porta receitas.

A campanha incluiu ainda um stand, utilizado para momentos de teatralização, onde decorrem acções de degustação, ou, por exemplo, on-

de os clientes podem saborear um pequeno-almoço saudável. Existem ainda, em vários pontos das lojas, elementos de sinalética relativos à Alimentação Saudável e aos temas tratados durante este ano que indicam, por exemplo, a localização das frutas, legumes, os alimentos com mais fibras, ou menos sal.

Uma das particularidades da campanha “Alimentação Saudável” é de não ter marcas associadas ao projecto. O grupo Auchan esteve unicamente preocupado em transmitir informação credível, com conteúdos elaborados por uma entidade de reconhecido mérito, não pretendendo que o consumidor demonstrasse qualquer sinal de desconfiança, explica José Cordeiro, que diz com orgulho, “o Auchan é a única empresa do sector certificada em Responsabilidade Social”.

V. S. G.

Parceria com empresas é um caminho a seguir

Paulo Monteiro, director de Nutrição Saúde e Bem-estar do Grupo Auchan, felicita o presidente do Instituto Politécnico de Lisboa pela estratégia adoptada na aposta na relação com o mundo empresarial. A assinatura do protocolo do IPL com a cadeia de hipermercados, na área da alimentação saudável, é exemplo disso.



Foto de Sofia Guerra
Paulo Monteiro defende a aproximação das instituições de ensino às empresas

V. S. G.

ENQUANTO director de Nutrição, Saúde e Bem-estar, Paulo Monteiro expressa vontade em desenvolver a relação entre o Instituto Politécnico Lisboa e o Auchan, o que em seu entender apenas dependerá “da criatividade de ambas as partes”. No mundo actual em que a realidade se altera a uma velocidade que a escola tem dificuldade em acompanhar e a distância existente

entre o nível de ambição e a escassez de recursos é cada vez maior, a solução passa pelo estabelecimento de parcerias, acredita Paulo Monteiro que afirma “este é um caminho de futuro que tem de ser percorrido”. As empresas têm de abrir as portas às instituições de ensino superior e vice-versa. Desta forma os alunos para além da componente teórica do curso ganham

uma vertente prática preparando-os melhor para o que vão encontrar quando terminam a licenciatura. “A imersão no mundo profissional, por vezes é um choque e muitos alunos sentem-se impreparados”, diz Paulo Monteiro que defende “As parcerias aproximam os conteúdos académicos com a vida real, diminuindo o nível de ansiedade e até de frustração dos alunos”.

Finalista estagia no Auchan



Foto de Sofia Guerra

VERA Ricardo frequenta o último ano da licenciatura em Dietética e Nutrição na Escola Superior de Tecnologia e Saúde de Lisboa e iniciou, em Março de 2010, um estágio na área da alimentação saudável no grupo Auchan. A aluna é a primeira do curso a usufruir desta oportunidade resultante do protocolo estabelecido entre as duas instituições. A finalista trocou o habitual estágio em contexto clínico pela experiência no grupo Auchan porque acredita que irá desenvolver competências numa área que considera inovadora.

Apesar de não conhecer bem os cantos à casa, Vera Ricardo não se acanha em dizer que são várias as ideias que gostava de pôr em prática na sua passagem pelo grupo Auchan. No plano individual de estágio a aluna para além de desempenhar o papel de elo de ligação entre a ESTeSL e o Auchan no Programa de Alimentação Saudável, pretende fazer aconselhamento nutricional aos clientes das lojas Saúde e Bem-estar, e sensibilizá-los para a importância da leitura dos rótulos dos produtos.

Tecnologia da Saúde educa Rik & Rok

ATRAVÉS de desenhos coloridos e jogos didácticos a coruja Rik e o leão Rok, os “embaixadores” da acção educativa do grupo Auchan, mostram neste livro às crianças, de forma divertida e, em jeito de brincadeira, as vantagens em praticarem uma alimentação saudável. A iniciativa partiu do Clube Rik & Rok e tem a participação especial da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa que ficou responsável pelos conteúdos da publicação. Elaborados por um grupo de professores do curso de Dietética e Nutrição da ESTeSL os temas como a roda dos alimentos ou a importância da água para o nosso organismo são explicados, através de uma linguagem simples e acessível, às crianças dos seis aos onze anos.

“Perante o problema da obesidade infantil existente nos dias de hoje não podemos ficar indiferentes” diz Paula Amêndoa, responsável pelo projecto, que explica ainda “quando as crianças entram para o 5.º ano de escolaridade os pais perdem o controlo sobre a sua alimentação, por isso é essencial



educá-los desde pequeninos para que saibam comer correctamente quando chegam a esta idade”.

O livro, distribuído em mais de 58 bibliotecas das escolas básicas por todo o país, pretende servir não só para leitura mas também que sirva como ferramenta de trabalho nas aulas para os professores.

Mas a colaboração da ESTeSL com o Clube Rik&Rok não se fica por esta iniciativa. Paula Amêndoa já pediu à es-

cola a elaboração de dicas e sugestões sobre a alimentação saudável destinadas ao site e à newsletter que o clube disponibiliza para o seu público infantil.

Já com uma década de existência o Clube Rik & Rok, do grupo Auchan, tem, desde sempre, desenvolvido acções educativas, cumprindo um objectivo didáctico junto dos mais pequenos, retratando questões relevantes como a reciclagem, o respeito pelo meio ambiente, entre outros temas.

O dietista enquanto anjo social

NA SOCIEDADE portuguesa actual, onde os problemas de saúde derivados dos erros alimentares são preocupantes, o dietista assume um papel de “extrema importância”, adverte o professor Lino Mendes, responsável do Curso de Dietética e Nutrição da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa.

A procura do curso tem aumentado nos últimos tempos, sendo os alunos maioritariamente do sexo feminino e altamente preocupados com a saúde e o bem-estar dos cidadãos.

No contexto europeu, o dietista actua, na prática, em três grandes áreas de especialização: clínica; comunitária ou de saúde pública e generalista. O dietista clínico tem a seu cargo a educação e avaliação de planos nutricionais destinados

para o utente/doente na recuperação da saúde nutricional e funcional. Já o dietista comunitário ou de saúde pública é o responsável pela promoção e educação para a saúde, é sua missão “fazer com que as pessoas aprendam a comer melhor e transmitam essa informação para as crianças”, explica Lino Mendes. O dietista generalista actua no âmbito da restauração colectiva e pública. A ele compete-lhe o acompanhamento da planificação das ementas proporcionando uma alimentação ajustada. Para Lino Mendes começa a haver uma preocupação crescente nesta área: “As empresas demonstram uma atitude de responsabilidade social, preocupando-se em ter funcionários felizes com um bom estado de saúde, que não tenham obesidade, nem diabetes.”



Foto de Sofia Guerra

Lino Mendes

Vem aí o 8.º Concurso Poliemprende

Politécnico de Lisboa aposta no fomento do auto-emprego

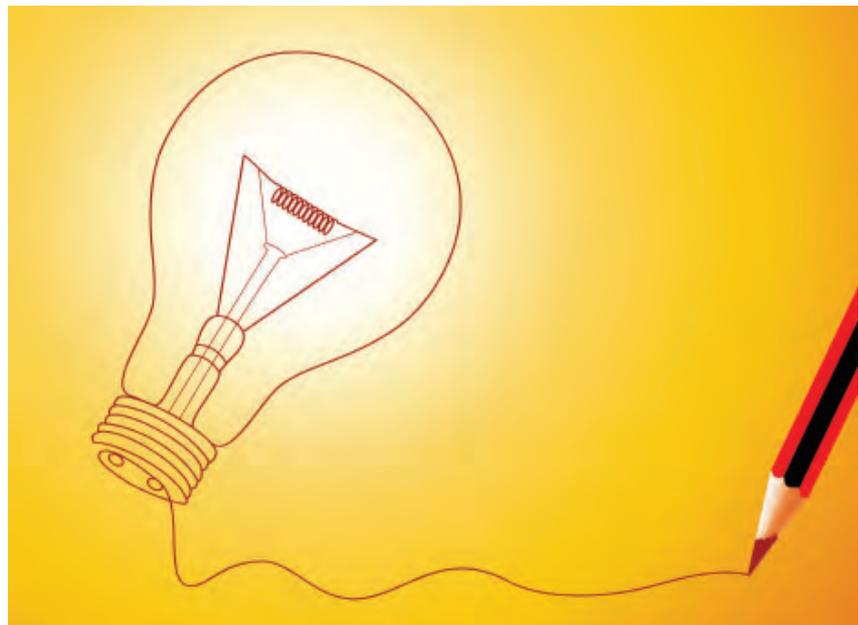
O Instituto Politécnico de Lisboa pode vir a dar no próximo ano, com a organização do 8.º Concurso Poliemprende, um salto qualitativo, contribuindo para que em cada Escola do IPL e nos Serviços da Presidência se possam dar condições para a criação de unidades de negócio, fomentando o auto-emprego.

Texto de Francisco Costa Pereira

A IDEIA é apoiar a transferência de tecnologia que resulte de processos de inovação, cooperando com o tecido empresarial em prol do desenvolvimento socioeconómico regional e nacional. A Plataforma FINICIA do IAPMEI, a que o IPL está associado, pode dar uma boa contribuição para materializar estes objectivos com o financiamento dos projectos e a sua apresentação aos Business Angels e às Capitais de Risco.

Estamos em Maio depois de um ano de muito trabalho, aproxima-se o final do ano lectivo e o final do 7.º Concurso regional de Ideias do Poliemprende. É altura de efectuarmos um balanço. Começamos muito bem, com uma grande adesão de candidatos, foram quase duas centenas, o dobro do ano anterior.

Com a formação inicial da oficina E1 e a percepção de que ser empreendedor poderia ser mais do que uma mera aprendizagem de conteúdos, levou a que muitos dos candidatos desistissem tendo a segunda formação da oficina E2 terminado com um sexto dos candidatos. No entanto este grupo final contribuiu para o concurso com 11 projectos oriundos de quase todas as escolas do Instituto Politécnico de Lisboa, devido em grande parte ao empenhamento e disponibilidade mostradas pelos formadores e representantes das Escolas que têm sido incansáveis na mobilização dos promotores.



Temos projectos muito interessantes com a particularidade de numa percentagem significativa os promotores quererem ir para além do concurso e constituir a sua empresa. Estamos no bom caminho, podemos dizer que este ano superou em muito os resultados do ano passado, mas ainda temos um caminho longo a percorrer. Com o potencial que temos, dos cerca de 14000 alunos do Instituto Politécnico de Lisboa, existe a possibilidade de nos próximos anos podermos superar sempre os resultados dos anos anteriores. Para o efeito é preciso que o empreendedorismo seja assumido por todos como uma

prioridade como está bem explicito no Contrato de Confiança que o IPL assinou com o Ministério da Ciência e Ensino Superior e já ratificado no Conselho Geral.

Podemos dizer que o projecto do ano passado que ganhou o concurso regional já está numa fase muito avançada para a constituição da empresa com os apoios dados pela Plataforma FINICIA. Temos ainda quatro projectos do ano passado a ser trabalhados na Plataforma para serem apoiados. Esperamos este ano apoiar ainda mais projectos para que os seus promotores possam criar as suas unidades de negócio.

Vânia Fernandes:

Nascida na Ilha da Madeira, foi lá que deu os primeiros passos na música. A vitória no concurso da Operação Triunfo mostrou-a, em 2008 a Portugal Continental. Entre cá e lá, Vânia Fernandes divide o tempo pelo curso de jazz da Escola Superior de Música de Lisboa e os muitos projectos musicais a que se dedica.

Textos de Clara Santos Silva

O SEU gosto pela música vem de pequena, mas a idade nem sempre permitiu que pudesse cantar como gostaria. Foi participando em pequenos concursos, na Madeira, até que em 1997 acabou por vencer o primeiro. Foi o início e desde então nunca mais parou.

A frequentar o 1.º ano do curso de jazz da Escola Superior de Música de Lisboa, Vânia Fernandes vem de uma família humilde, mas que sempre a apoiou nas suas decisões. Com frequência ouvia a mãe cantar o fado enquanto fazia os trabalhos de costura. A avó materna tocava guitarra portuguesa e a avó paterna toca gaita. Desde a infância que o contacto com a música foi acontecendo.

Na altura, os pais nunca imaginaram o percurso que viria a ter no meio musical. Tem consciência que tendo nascido numa ilha, as oportunidades são muito menores. Reconhecida pela sua humildade considera ter tido muita sorte porque conheceu sempre as pessoas certas.

Na Madeira, o Conservatório é quase que de livre acesso, dada a densidade populacional, as vagas são mais do que as necessárias para os candidatos existentes. No caso de Vânia, as dificuldades foram outras. Quando tentou o ingresso não tinha a idade exigida para estudar Canto. As regras ditam que só serão aceites alunos



após os 17, ou 18 anos, altura em que a mudança de voz já se deu. Quando começou a cantar, Vânia tinha cerca de 12 anos.

Esperou o tempo necessário, mas sem pressas, porque já sabia com toda a certeza que a música era o seu caminho. Na altura estudava línguas, mas com a certeza de ser apenas de passagem.

O Conservatório da Madeira integrava duas escolas, uma profissional e

a outra de ensino livre. Vânia estudou durante alguns anos no curso normal, mas acabou por ingressar na vertente profissional. A parceria existente entre a instituição de ensino e o Hot Clube Portugal, permitiu-lhe frequentar o curso de Jazz aos sábados. Assim, durante a semana tentava ser uma cantora clássica e ao fim-de-semana entrava no mundo do jazz e conhecia o maestro Pedro Morei-

“Operação Triunfo”

uma flor da Madeira



ra, agora seu professor na Escola Superior de Música de Lisboa.

As circunstâncias levaram-na a uma primeira abordagem ao género jazzístico, no grupo madeirense, “Os Oficina”, na altura, sem vocalista. Aceitou ficar no grupo e através deles foi conhecendo mais pessoas do meio.

A formação no Conservatório era conciliada com os espectáculos das unidades hoteleiras da ilha da Madeira, que a performer diz serem uma verdadeira escola. Foi uma experiência que a fez perceber que não poderia cantar apenas para si própria, mas sim para um público. Entendeu que o artista tem sempre que ir ao encontro do seu público e daquilo que este quer ouvir. “São estas vivências que levam a que uma humildade se construa, passando o cantor para um plano secundário mas de acordo com um equilíbrio que vai aprendendo”, diz.

Chegado o momento de ingresso no ensino superior, a opção inicial foi a Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo, no Porto. Isto, porque em 2007 não havia curso de jazz em Lisboa. O facto de ter amigos madeirenses a viver no Porto, também conduziu à escolha e facilitou a sua adaptação à cidade. Ainda pensou candidatar-se ao clássico e ao jazz, mas no primeiro género nunca se sentiu muito segura. É um timbre que não reconhece quando canta e, por isso, não se sente identificada com ele.

Realizou as provas exigidas e correu tudo muito bem, acabando por garantir a sua entrada. Quase em simultâneo surge a terceira edição do concurso da RTP Operação Triunfo, ao qual Vânia decidiu concorrer. Com a evolução do concurso optou por abandonar o curso de jazz na ESMAE. Vânia acabou por se sagrar a vencedora da Operação Triunfo.

Apesar da importância assumida da sua vitória coloca a experiência do programa ao nível de um pequeno espectáculo que possa ter feito na Madeira. Tudo na sua vida é importante.

Quase sem tempo para respirar, ainda a assimilar tudo o que estava a acontecer, surgiu, cerca de um mês após o final da OT, um contacto por e-mail com um convite para ir ao Festival da Canção. O seu companheiro e colega da OT, Luís Sousa, mais adepto das novas tecnologias, alertou-a para as constantes tentativas de contacto. Vânia considerou tratar-se de uma brincadeira, porque não lhe parecia razoável receber um convite para concorrer ao Festival por correio electrónico. Confessa que a ajuda do Luís foi preciosa neste campo, pois o facto de estar a ser “bombardeada” pela comunicação social também ajudava a sentir alguma descon-

Grandes músicos fazem uma grande escola



Foto de Sofia Guerra

Performance da Orquestra de Jazz da Escola Superior de Música na cerimónia de inauguração do novo edifício

DEPOIS das vitórias, Vânia decidiu voltar aos estudos. A proximidade com o Maestro Pedro Moreira, já desde o curso de jazz na Madeira, levou-a à Escola Superior de Música de Lisboa. No ano lectivo de 2008/2009 tinha a possibilidade de fazer as provas de ingresso, mas como não tinha feito a inscrição não pôde fazê-lo, adiando para o ano lectivo que está agora em curso.

No ano de interregno, os trabalhos foram-se sucedendo, acabando por perceber que, caso frequentasse o curso de jazz não iria aproveitá-lo como gostaria. Este ano, apesar de conciliar o curso com outros trabalhos tem conseguido gerir tudo da melhor forma.

Gosta muito do curso e aconselha-o a todos aqueles que queiram seguir carreira na área. “Tem tudo o que é necessário”, diz. Uma das principais vantagens é o facto dos professores serem acima de tudo grandes músicos. A professora e cantora Maria João é a sua mentora de eleição. Justifica a escolha com o facto de ser o tipo de docente que permite que o aluno se descubra como artista – “a Maria João mostra um caminho, mas com liberdade, é exigente e isso é importante”. O maestro Pedro Moreira não fica atrás, é aquele a quem chama de “mestre”. Caracteriza o experiente maestro como alguém que “sabe tanto, que torna complicado, por vezes aos alunos, acompanhar tudo que quer transmitir”. O “ideal é gravar as aulas”, diz.

Este ano, a aluna teve oportunidade de cantar com a Orquestra de Jazz da Escola Superior de Música de Lisboa, na cerimónia de inauguração do novo edifício. Não sendo cantora da orquestra, sabe que esta está a ser muito bem dirigida pelo maestro Lars Arsen. Enquanto aluna, performer e amante do jazz, Vânia gosta muito de Big Band, daí que a componente prática do curso lhe agrade, especialmente.

Quando fala da Escola Superior de Música de Lisboa não deixa de ressaltar que grande parte dos alunos que a frequentam, são já grandes músicos de jazz em Portugal, já com trabalhos gravados, mas cuja humildade os leva à escola para aprender mais.

fiança. Foi o namorado que acabou por dar resposta ao autor do convite, o produtor Carlos Coelho.

A resposta não demorou a chegar e Carlos Coelho conseguiu finalmente falar com Vânia, dizendo-lhe que tinha um tema preparado para ela, e pedindo-lhe que o ouvisse. Deu-se o

primeiro contacto com a canção, mas na versão inglesa, “Lady of the Sea”. De início não gostou muito, principalmente do arranjo. Foi ouvindo o tema mais vezes e a senti-lo, acabando por perceber que tinha “miolo”. O contacto com o poema em português também teve uma influência muito positiva.

O também autor da letra, Carlos Coelho, disse-lhe que iria até à Madeira para poderem fazer uma primeira gravação. Usaram o estúdio de um amigo da intérprete, Paulo Ferraz e começaram a trabalhar, mas desta vez com o novo arranjo, já com orquestra. Essa gravação foi

A grande música negra



Foto de Ricardo Coelho

Vânia Fernandes e "Cumplicidade", com Júlio Resende ao piano, João Custódio no contra-baixo e Alexandre Frazão na bateria

O JAZZ surgiu um pouco por acaso na vida de Vânia e o Conservatório da Madeira teve um papel fundamental nisso, através da parceria que realizou, na altura, com o Hot Clube Portugal. Para a aluna de jazz da Escola Superior de Música de Lisboa, a música tem uma ligação com o mundo em desenvolvimento cada vez maior e o jazz é um exemplo disso, pelas influências que vai buscar a vários géneros.

Apesar do jazz ser mais recente que a música profana ou erudita, te-

ve um processo diferente, porque são muito os recursos que usa, nomeadamente do clássico, principalmente na música orquestral jazzística.

No seu percurso enquanto performer também Vânia vai acumulando experiências, uma das mais importantes tem a ver com a sua participação no Quarteto Júlio Resende, em 2005. Na época ainda estudava no Conservatório da Madeira e foi numa das festas do Combo que o pianista Júlio Resende lhe foi apresentado por um amigo. Trocaram contactos, voltaram a encontrar-se e actuaram juntos no

OndaJazz, em Lisboa. Continuam a trabalhar desde então, quer em quarteto, quer em duo.

A sua principal influência sempre foi, e será, Ella Fitzgerald, porque "tem tudo", diz Vânia. Cada vez ouve mais jazz, apreciando muito o lado mais tradicional, presente em Billie Holiday, Sara Vaughn e Carmen McRae. Mas, gosta claramente de outros géneros, pois os rótulos são algo que não usa. Também a world music, a música alternativa e a música brasileira estão sempre presentes no seu dia-a-dia.

a primeira abordagem à música e acabou por se tornar a versão que se ouve no meio musical. Na altura os coros foram executados por croatas. O autor da música é aliás um croata, Andrej Babic´.

No último contacto, Carlos Coelho disse-lhe que iria enviar a gravação para a RTP, e pediu-lhe que escolhesse cinco pessoas para o coro, com as quais se sentisse à vontade, levando-a a escolher colegas da OT. O produtor e autor do tema mostrava-se confiante e já falava na vitória, e na viagem até à Sérvia, alertando Vânia para o trabalho que implicaria.



Vânia Fernandes ao centro, com outros concorrentes da Operação Triunfo

Da dificuldade de viver sem música

A MÚSICA serve para afastar e alimentar as suas tristezas, mas é acima de tudo “um modo de vida”. Vânia Fernandes não pensa ser possível viver sem música, porque ela está presente em tudo, mesmo nos sons da natureza.

Sempre valorizou muito a exploração dos sentidos, o que na sua opinião só reforça as capacidades de quem também o faz. A aluna da Escola Superior de Música de Lisboa vê os cantores como veículos da mensagem e da música,

porque na realidade é o público que a sente, “é qualquer coisa superior a todos nós”, diz. Mantém sempre presente a ideia de relatividade de tudo o que nos rodeia e de quão pequena se sente perante tudo à sua volta.

Nunca toma nada como garantido. “Tudo na vida é instável”, afirma a intérprete. No caso da sua ferramenta de trabalho, a voz, mais acredita neste seu lema. São muitos os factores que podem influenciar a alteração do timbre. Vânia acredita que o próprio estado de alma pode exercer influências na voz, o que só comprova a sua fragilidade. Ainda se recorda da época em que cantava, mesmo não podendo frequentar as aulas de canto, ficando muitas vezes afónica com o esforço.

A espiritualidade faz parte da sua vida, e é um lado que considera mais importante que o exterior. O lema “corpo são, mente sã” faz parte do seu dia-a-dia. Vê na alma aquilo que nos distingue uns dos outros, pois no corpo é possível fazer muitas mudanças, a alma é única. Esta sua maneira de estar levou-a a considerar seguir o caminho da Filosofia, porque é uma área que a fascina profundamente, mas escolheu a música como caminho.

Vânia tinha acabado de vencer a Operação Triunfo e, parecia-lhe improvável que o público apostasse numa “quase desconhecida”. A equipa proporcionou uma excelente convivência, apesar do muito nervosismo sentido. Todas as suas forças eram investidas em muito trabalho para que, acima de tudo, não desiludisse o público. O seu maior receio era o de as pessoas acharem que não estava à altura. Queria acima de tudo manter o nível.

Quando soube da vitória, não quis acreditar. A sua falta de confiança era tal, que nem a levou a desmarcar antecipadamente outros trabalhos em curso, nomeadamente a sua participação na Orquestra da União Europeia com temporada marcada para a Eslovénia.

Considera ter sido uma vitória ainda melhor do que a da OT, porque ser um reforço do apoio do público.

A estadia em Belgrado, para o Festival da Eurovisão, correu-lhe muito bem. Os portugueses eram tratados como sendo os melhores e

por isso diz ter sido sempre muito “mimada”. Apesar dos resultados da votação, Vânia, foi eleita pelos jornalistas presentes como a me-



A aluna da Escola Superior de Música com o pianista Júlio Resende

A Escola Operação Triunfo

A TERCEIRA edição da Operação Triunfo iniciou os castings em 2007, e na altura, Vânia Fernandes, apesar da pouca confiança decidiu concorrer.

Vivia semana a semana, mas nunca considerou a possibilidade de entrar, muito porque não sentir ser a concorrente modelo deste tipo de concursos.

A aposta sempre foi um curso superior, e a fama nunca esteve na lista dos seus objectivos. A preocupação prendia-se precisamente com a possibilidade de perder a paz a que estava habituada com o reconhecimento público. Mas, sente agora que tudo decorreu naturalmente e é algo que não a incomoda. Por outro lado, mantinha presente, uma das principais razões que a levaram a concorrer – a Professora Maria João.

A primeira gala da Operação Triunfo realizou-se, e dela saíram dois concorrentes. Na altura, Vânia estava matriculada na ESMAE, mas nem considerava a hipótese de anular a matrícula porque sempre pensou ser uma das eliminadas. Os meses foram passando e, consciente de que ocupava uma vaga que poderia destinar-se a outro aluno, optou por abandonar o curso e a sua participação da Orquestra da União Europeia.

Foi uma decisão complicada, mas por outro lado a experiência da OT estava a ser óptima. Diz ter sido uma escola, que, na sua opinião deveria ser aplicada na vida real, “mas sem câmaras”, claro. Mesmo estas começaram a passar despercebidas a partir de dado momento.

O nível de exigência era grande, houve momentos em que se sentiu perdida, mas sempre se es-



Actuação da artista madeirense numa das Galas da Operação Triunfo

forçou por corresponder, tendo sido nomeada apenas uma vez, para a final do programa.

Aquando da final, pediu à família para não votar nela, porque sempre assumiu que ficaria em terceiro lugar. Não tinha tido uma prova do público em termos de votação, como tal, ganhar seria pouco provável, mas foi o que veio a acontecer.

Nestas circunstâncias há uma pergunta sempre inerente – a vitória ter-lhe-á “aberto portas”? Não sabe se tal aconteceu, mas o dinheiro do

prémio foi investido nos estudos e ajudando quem precisava. Uma certeza tem, a de que passou a respeitar ainda mais o público, pela aposta que fizeram nela. Foi como que um apontar de dedo, uma forma de saber que estava no caminho certo e que tinha tomado as decisões correctas.

Vânia Fernandes continua com uma certeza, a de que a Operação Triunfo foi apenas mais uma etapa, que não quer que seja recordada como o ponto alto da sua carreira.

Ihor do Festival, chegaram mesmo a pedir-lhe para cantar na Conferência de Imprensa. Tem participado entretanto em vários encontros de fãs da Eurovisão em alguns dos países participantes.

Antes de toda esta euforia relacionada com os festivais ter início, Vânia Fernandes já tinha feito audições, em 2007, para a Orquestra de Jazz da União Europeia (European Movement Jazz Orchestra). A Or-

questra era constituída por músicos da Alemanha, Portugal e Eslovénia e surgiu durante a presidência do Conselho Europeu dos três países. A cantora foi seleccionada e diz ter sido uma experiência única.

“Alma Marinheira” prestes a navegar

VÂNIA Fernandes esteve nos últimos tempos a trabalhar no seu primeiro álbum a solo, cujo lançamento se avizinha. De nome “Alma Marinheira”, o trabalho é o resultado do prémio da Operação Triunfo. Muito tempo passou desde o programa, mas foi complicado para a performer escolher um caminho tendo ela um gosto musical tão vasto. O seu respeito pelo público levou-a a escolher um trabalho que traduzisse um agradecimento às pessoas, e por isso não poderia de forma alguma ser elitista mas sim acessível a todos.

O músico madeirense Marino de Freitas, também baixista de Mariza, foi o director musical do disco, que segundo Vânia, tem várias influências, desde o jazz ao samba. Na sua opinião é um trabalho de “música do mundo”, que conseguiu juntar um pouco de tudo.

Sendo madeirense, Vânia não ficou indiferente à tragédia que se abateu sobre a Ilha da Madeira. Apesar de não estar lá na altura, tem ido à ilha quase todos os fins-de-semana para participar em inúmeras iniciativas de solidariedade. No continente, uma das últimas em que participou foi na gala “Uma Flor para a Madeira” realizada com o apoio da Presidência da República, que reuniu no palco do Coliseu dos Recreios grandes músicos portugueses.

Quanto ao futuro, Vânia Fernandes diz ser possível viver para a música em Portugal, mas viver da música já será mais difícil. “A música ao vivo não tem muita importância para as pessoas”, diz, levando a que muitos dos músicos de topo tenham que dar aulas para sobreviver. Esta já é para a aluna da ESML uma saída, até porque vão surgindo convites para masterclasses no Conservatório da Madeira, que aceita desde que se sinta à altura.

A aquisição de mais formação estará sempre nos planos para o futuro, porque tem consciência que a música está sempre a evoluir, e só assim poderá acompanhá-la.

A sua maior ambição é “cantar, estar em paz, ser feliz e fazer os outros felizes”. Até aqui diz ter tido muita sorte, e que por isso se sente uma pessoa abençoada.



Projecto de mobilidade inovador

Programa Neptune

Experiência única para alunos do ISEL

Os objectivos traçados inicialmente para a participação num projecto deste tipo, foram em larga escala ultrapassados. Das técnicas de “Ice break”, aos jogos pedagógicos para auto-conhecimento, passando pela forte motivação incutida nos alunos, até à descoberta das várias personalidades e capacidades técnicas de cada um, dentro do grupo de trabalho, permitiram trazer ao de cima o melhor de cada elemento e organizar, planear, discutir, gerir e atingir um objectivo bastante ambicioso, o de criar um projecto internacional cheio de ideias inovadoras.

Textos de Penim Loureiro



Participantes do Programa Neptune, em 2001, no Instituto Superior de Engenharia de Lisboa

O Acontecimento



Grupo de trabalho do Programa Europeu Neptune

O PROGRAMA Neptune, “Network for Environmental Projects in Technology, United in Europe”, reúne várias instituições de ensino superior, pertencentes a diferentes países europeus, associadas em torno de um tema comum, o Ambiente Construído com a premissa de integrar diferentes áreas do conhecimento e alcançar uma cooperação entre alunos de diferentes áreas disciplinares e nacionalidades.

O ISEL integra-se no círculo IV, composto por cinco universidades de engenharia, promovendo um projecto internacional por ano no âmbito da “Water management and urban surroundings” que aborda assuntos, tais como, a reabilitação urbana, a valorização do ambiente construído com base em estruturas hídricas sustentáveis, e mobilizando estu-

dantes e docentes provenientes das instituições parceiras.

Trata-se de um programa intensivo, cujo objectivo é a realização de um projecto internacional baseada em casos reais e actuais com o propósito de reforçar o sentido de cooperação entre estudantes de diferentes países, através da troca de conhecimentos multidisciplinares.

Este Programa decorre anualmente, em diferentes cidades europeias, segundo um processo de recolha rotativa.

A primeira fase do programa NEPTUNE é constituída pela realização do projecto preliminar, com os alunos participantes ainda nas instituições de origem, nas seis semanas antecedentes da viagem para realização do Projecto no País anfitrião.

Uma vez reunidos na cidade anfitriã, os estudantes participantes são divididos em seis grupos de projecto, cada um coordenado por um professor supervisor proveniente das várias instituições participantes, para que cada equipa de trabalho fique composta por 6 elementos com diferente formação e nacionalidade.

Os trabalhos iniciam-se pela recolha de informações acerca da área de intervenção, tendo sido elaboradas propostas preliminares, e dadas a conhecer aos outros grupos através de uma exposição oral.

Um supervisor será nomeado para cada equipa de trabalho. Este acompanha o processo de aprendizagem e é a principal pessoa de contacto para os alunos enfrentarem problemas.

O crescente ritmo evolutivo dos trabalhos desenvolvidos pelos vários grupos de estudantes é mantido, por uma reunião de avaliação efectuada diariamente, promovida pelo respectivo professor supervisor. Esta metodologia permite testar, de forma ininterrupta, todo o processo de formação dos estudantes, fazendo um balanço das opções tomadas, orientando e catalisando o desenvolvimento do projecto.

Instituições Parceiras do Programa Neptune

Holanda	NHL School of the Built Environment
Alemanha	Fachhochschule Oldenburg
Dinamarca	Vitus Bering College Horsens
Finlândia	Mikkeli University of Applied Sciences

Tudo começou para o ISEL em 1997

DE 1997 a 2002 o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa participou no programa NEPTUNE, dentro do “Mammoth Circle” proporcionando um maior envolvimento em projectos internacionais com resultados concretos na divulgação e reconhecido no exterior do Instituto, tendo saído, os seus alunos, prestigiados com estas actividades.

Durante o ano de 2001 coube à cidade de Lisboa ser o local onde decorreu o Programa NEPTUNE, pela primeira vez em Portugal, tendo sido organizado pelo ISEL com a designação LISBOA - 2001, “The Wakening of an Atlantic Gate”.

Desde 2006 que o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa reafirmou o seu vínculo a este programa de mobilidade, tendo proporcionado a participação de alunos e docentes dos Departamentos de Engenharia Química e Civil nos Projectos Internacionais



Alunos do ISEL, em Amesterdão no ano de 2006

“The Middle Sea” 2006-Holanda,
“Alexanderheide – Giving back to
Human and Nature” 2007-Alema-

nha, “Port of Horsens” 2008-Dinamarca e “Mikkeli Waterfront” 2009-Finlândia.

O projecto termina com as apresentações finais das seis diferentes propostas, tendo todos os estudantes de defenderem publicamente, e em inglês, as soluções do seu grupo, que são avaliadas por um painel exterior de peritos e acompanhadas por representantes do município e de empresas envolvidas. Todos os alunos

recebem um certificado de participação no projecto.

O Programa Neptune é a confirmação da qualidade dos alunos do ISEL além fronteiras.

Por diversas ocasiões foi comentado pelos professores representantes das diferentes escolas participantes, que os estudantes portugueses, tendo

facilidade de comunicação e relacionamento com os diversos elementos do grupo, desempenharam um papel importante na organização dentro dos grupos de trabalho, funcionando como elos de ligação, sendo igualmente responsáveis pelas soluções de consenso entre as vertentes de engenharia, ambiente e arquitectura, facilitando a apresentação final das suas ideias.

Mais de sessenta alunos e docentes do ISEL concretizaram, através do Programa Neptune, uma experiência inesquecível.

Uma característica atractiva deste programa reside no fascínio exercido pela percepção de novos pontos de vista, novas visões.

Tirando proveito desta sinergia, a participação nesta iniciativa permite avaliar a capacidade dos alunos para resolver novos problemas. A auto-avaliação torna-se, portanto, uma consequência natural deste projecto internacional, onde a articulação de novas perspectivas se transforma num instrumento para nos conhecer melhor.



Encontro de participantes no ISEL

ISEL coordena projecto Europeu

LISBOA foi a cidade eleita para a realização do Projecto Internacional Neptune em 2010. Com o tema “Uma Travessia Sustentável do Tejo”, é um programa intensivo organizado pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa onde participarão cerca de trinta estudantes e dez professores provenientes de várias Universidades Europeias cujo objectivo é a realização de um projecto baseado em situações reais e actuais com a característica inovadora de intensificar contactos entre estudantes de diferentes países, numa perspectiva de troca de conhecimentos integrada e articulada no espaço europeu.

Irá realizar-se em Portugal, pela segunda vez, o projecto internacional NEPTUNE, inteiramente organizado pelo ISEL, sendo este membro do círculo de cinco universidades europeias que promove anualmente um projecto, a decorrer em diferentes cidades europeias, no âmbito da “Gestão da Água na Construção Urbana” abordando assuntos, tais como, a valorização das periferias urbanas através de estruturas hídricas sustentáveis, qualidade da água e reabilitação do ambiente construído.

O objectivo do projecto organizado em Lisboa é conceber várias propostas contemplando os impactes provenientes da Terceira Travessia do Tejo, determinar como os minimizar, como aproveitar as suas sinergias e como fazer a articulação urbana dos



Vista aérea do Vale de Chelas

acessos à terceira ponte ao longo do Vale de Chelas.

Lisboa apresenta um sistema de vales, que caracterizam a paisagem ribeirinha, dos quais destaca-se o Vale de Chelas, cujas linhas de água estruturam a mais vasta bacia Hidrográfica de Lisboa que modelou o solo, suporte da Zona Oriental da Cidade.

A área de intervenção deste projecto é rica em vestígios da presença humana, desde a ocupação pré-histórica até ao espólio da revolução indus-

trial. No séc. XVI mereceu a atenção do tratadista Francisco de Holanda que projectou um poderoso conjunto palaciano, junto à Madre de Deus, estendendo-se os jardins ao longo do Vale, tirando proveito do sistema orográfico de Chelas onde o enfiamento a Sul permite que a vista alcance as serranias da Arrábida, na margem oposta.

A partir da segunda metade do séc. XX, o planalto de Alvalade, a quase totalidade das encostas sobre o rio da Zona Oriental (Encarnação, Olivais Norte e Sul e Chelas), bem como a zona ribeirinha do Parque das Nações, foram objecto de planeamento de raiz. Contudo os Vales do sistema hidrográfico de Chelas “beneficiaram” de um relativo atraso da ocupação edificada, lentamente iniciada na década de 60.

Linhas férreas existentes constituem obstáculos geradores de conflito na continuidade do tecido urbano.

Actualmente o Vale de Chelas é caracterizado por áreas de isolamento urbano compostas por núcleos edificados dispersos acompanhados por espaços livres residuais e pela des-



Caminho-de-ferro do Vale de Chelas

Uma travessia sustentável do Tejo

Durante nove dias, um grupo de 30 estudantes de cinco países diferentes e de diferentes áreas disciplinares trabalham juntos para resolver um problema complexo ambiental. De 12 a 20 de Novembro de 2010, os participantes provenientes dos vários países europeus irão reunir-se no ISEL e conceber várias propostas contemplando para além da intervenção física de articulação Urbana dos acessos à Terceira Travessia do Tejo no Vale de Chelas, soluções funcionais e económicas de forma a viabilizar os projectos na perspectiva do desenvolvimento sustentável.

A Terceira Travessia do Tejo materializa a ligação entre os Eixos Lisboa - Porto e Lisboa - Madrid, com uma configuração que permite acomodar para além das vias de alta velocidade ferroviária, as destinadas ao caminho-de-ferro convencional e uma nova ligação rodoviária.

A conexão entre a Linha de Cintura e a Linha do Alentejo estabelecida pela nova travessia permitirá o fecho do anel ferroviário Lisboa – Barreiro - Pinhal Novo – Pragal - Lisboa, interligando as várias urbanas separadas pelo Tejo, com conexão ferroviária directa ao Novo Aeroporto de Lisboa, contribuindo de forma decisiva para a melhoria do desempenho do sistema de mobilidade da Área Metropolitana de Lisboa.

O desenho dos múltiplos acessos da ponte em ambas as margens apresenta-se muito condicionado pelo tecido urbano, proximidade de património classificado, necessidade de desnivelamento das diferentes vias ferroviárias e rodoviárias que convergem para a ponte, as quais deverão evitar erros antigos,

minimizando a intrusão urbana e promovendo a continuidade do território.

Muitos dos elementos afectados pela Terceira Travessia do Tejo estão associados à potencial intercepção de níveis freáticos pelas escavações e túneis; à impermeabilização dos terrenos; ao atravessamento de perímetros de protecção de captações de água subterrânea para abastecimento público e à afectação directa de captações.

Associaram-se a esta iniciativa, promovida pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, várias entidades, tais como a RAVE, Lisboa E-Nova, Programa Viver Marvila, SIMTEJO, Parque Expo, Carris, Metropolitano de Lisboa, Caixa Geral de Depósitos, Junta de Freguesia de Marvila, Opway, que darão apoio em diversas actividades.

Este programa permitirá aos estudantes a oportunidade de trabalhar num projecto concreto, juntamente com colegas provenientes de vários países, ficando a conhecer novas e diferentes abordagens a problemas específicos, no espaço da comunidade europeia.

Na sessão de apresentação final, serão expostas as seis diferentes propostas, tendo todos os estudantes defendido publicamente, e em inglês, as soluções do seu grupo, na presença de um júri composto por representantes do município, de empresas envolvidas, especialistas em engenharia, arquitectura e gestão de recursos hídricos, que escolherá a melhor proposta.

Poder-se-á concluir, através dos balanços dos anteriores projectos, que os resultados têm sido positivos, tendo lançado bases metodológicas no sentido de o estudante adquirir competências habilitando-o:

📌 a entender o processo de decisão e reflectir nos problemas que podem ocorrer numa equipa de projecto multinacional e multi-disciplinar;

📌 na prática de planear, discutir, produzir e apresentar um projecto conjunto num pequeno prazo de tempo;

📌 na percepção de diferentes especialidades de colegas estudantes em diferentes países através do intercâmbio de informação;

📌 no desenvolvimento da expressão em inglês, sobretudo no campo das terminologias específicas do projecto; evidenciando assim a enorme importância deste tipo de formação, visando a previsível mobilidade com que os profissionais de engenharia se irão confrontar na Europa do futuro.

Ao colaborar neste projecto internacional os docentes possuirão uma oportunidade para reunir com colegas de diferentes disciplinas e diferentes países europeus, enquanto os alunos do ISEL terão a possibilidade única de participar numa proposta de resolução de um problema real.

É de realçar a importância da organização do programa Neptune no alargamento do horizonte profissional de estudantes ao lhes permitir uma dupla integração: formar uma equipa de trabalho multidisciplinar e aprender a utilizar qualificações profissionais que nem sempre estão directamente relacionadas com a sua especialidade, num ambiente de cooperação internacional.

continuidade do tecido urbano provocado, sobretudo, por eixos e ferroviários que criam obstáculos.

Para a zona encontra-se planeada uma quantidade invulgar de propostas; tais como os acessos à Terceira

Travessia do Tejo, o Parque Urbano de Chelas, o centro Hospitalar de Lisboa, constituído pela unidade que irá substituir o Instituto Português de Oncologia e o núcleo deste centro - o futuro hospital de Todos os Santos -

que para além de todas as valências médicas, este novo hospital terá também a possibilidade de ter “funções de ensino” recebendo estudantes da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.

Além diploma de mérito, atribuído ao Instituto

Alunos do ISCAL vencem 24 horas de Gestão

Uma equipa do ISCAL obteve o 1.º lugar na 4.ª edição das 24 horas de Gestão – 2009, um jogo que consiste num simulacro de criação de empresas e gestão empresarial, visando testar a destreza intelectual e a resistência física dos participantes. Representado por mais quatro equipas de alunos, o Instituto obteve ainda os 4.º, 6.º, 7.º e 12.º lugares, sendo galardoado com o diploma e o troféu da Instituição que patrocinou mais equipas

Textos de Jorge Silva • Fotos de Clara Santos Silva



Equipa vencedora das 24 Horas de Gestão (da esquerda para a direita): Sónia Sousa, Miguel Almeida, Nuno Alexandre, Fernando Arez e Bruno Sousa

A EQUIPA “ISCAL-TisQM” constituída pelos alunos Bruno Sousa, Miguel Almeida, Nuno Alexandre, Fernandes Arez, Pedro Santos e Sónia Sousa todos do curso de gestão do ISCAL foi a grande vencedora da 4.ª edição das 24 horas de Gestão – 2009, que se realizou nos dias 28 e

29 de Novembro de 2009, no espaço Ágora em Lisboa.

Esta competição, destinada aos alunos finalistas do ensino superior, de economia e gestão de todo o país, consistiu num exercício teórico-prático sob o tema da empregabilidade e da sustentabilidade, onde os alunos

têm que gerir uma empresa através da resolução de várias provas.

As equipas foram confrontadas com a gestão de uma empresa, tendo de resolver um conjunto de dezoito provas, que lhes iam sendo propostas e que tinham de entregar no final das 24 horas. A equipa do ISCAL teve de

A importância do espírito de grupo

APESAR de já se conhecerem há algum tempo, havia o receio de se registarem choques de personalidades, entre os participantes da equipa. Para evitar isso acordaram em aplicar algumas regras internas para o bom funcionamento da equipa. Uma delas era, em caso de conflito, um dos elementos da equipa ser escolhido para exercer um voto de qualidade. Nunca houve necessidade de aplicar esta regra.

Como são todos trabalhadores estudantes, acabaram por aproveitar as experiências profissionais que cada um possuía. Assim, o Nuno Alexandre, que é técnico oficial de contas, ocupou-se da parte da contabilidade, o Bruno Sousa, informático, o Pedro Santos e a Sónia Sousa, comerciais, trataram da parte da produção e do marketing e o Miguel Almeida foi o estratega. A distribuição de tarefas foi importante para o sucesso final, havia sempre quatro elementos a trabalhar nos quatro computadores, enquanto o quinto dava apoio a quem necessitasse. Quando surgia uma dúvida o elemento com mais conhecimentos na área dava o seu contributo. No fundo houve sempre um controle sobre o modo como as provas estavam a ser feitas o que permitiu um melhor aproveitamento do tempo.

Outro factor importante foi o da liderança ser partilhada. O facto de não haver um líder autoritário na equipa, permitiu que os assuntos fossem discutidos, entre todos, e as dúvidas partilhadas. Com o passar do tempo a dinâmica da equipa foi aumentando,



do, e tudo se tornou mais fácil, apesar de, em face do acumular do número de provas e do aumento do cansaço, a preocupação pela qualidade ter de ser sacrificada em prol da rapidez.

A humildade como a equipa encarou o jogo também foi importante no resultado final. A vitória no jogo não

era uma obsessão para os alunos do ISCAL, o importante era terem a oportunidade de participarem num desafio como pessoas que trabalham, têm família e se ajudam uns aos outros no verdadeiro desafio da sua vida, que é tirar um curso superior no regime nocturno.

responder a desafios como a elaboração de um plano de contingência, por um dos produtos da empresa ser cancerígeno, a realização de uma conferência de imprensa ou a elaboração de estudos de mercado.

As provas eram cronologicamente orientadas de situações aplicadas a essa empresa, simulando um ambiente empresarial real para o qual a equi-

pa tinha de ir encontrando soluções. A maioria das provas era resolvida no interior do Espaço Ágora, houve apenas uma que exigiu a deslocação dos membros para o exterior do recinto. Um dos trunfos que conduziu ao êxito final, foi uma boa gestão do tempo, para resolver as provas e acompanhar o ritmo com que elas iam sendo apresentadas. A equipa con-

fessou que a primeira, uma análise económico-financeira, só foi concluída muito perto das 24 horas. A estratégia passou pela distribuição das provas pelos membros da equipa, até porque a avaliação das mesmas só foi efectuada no fim do jogo, no seu decurso não houve nenhuma informação sobre os critérios de avaliação ou o valor dado a cada prova.

A vitória foi um passo em direcção ao futuro

NO FIM das 24 horas de gestão, a equipa nunca pensou que seria a vencedora, acima de tudo estava satisfeita com o trabalho efectuado. Quando foram proclamados vencedores a surpresa foi geral, e quando regressaram ao ISCAL todos demonstraram um enorme orgulho no trabalho que tinham feito. Órgãos de Gestão, professores e alunos do Instituto, congratularam-se com a vitória, que foi encarada como o fruto da qualidade do ensino que é ministrado no ISCAL.

Sónia Sousa foi o elemento feminino numa equipa de homens, apesar

disso considera que todos se portaram bem, como uns cavalheiros, tendo tido cuidado com os excessos de linguagem.

A aluna do ISCAL afirma ainda a importância de todos os elementos da equipa serem alunos do curso nocturno. No fundo todos concordam que a entajada entre os alunos do horário pós-laboral é muito grande, a partilha de informações e material académico é maior do que entre os alunos diurnos.

Quanto ao prémio, como está estipulado no regulamento, a equipa recebeu 5000€ que terão que ser aplicados na criação de uma empresa num prazo de um ano. Mas não é

fácil encontrar um consenso entre cinco pessoas. Neste momento as ideias ainda estão a ser estudadas, tanto mais que a prioridade dos alunos está na conclusão do seu curso. Outro motivo de orgulho nesta vitória é o facto de dois elementos da equipa, o Bruno e o Nuno, terem ingressado no curso através do concurso de maiores de vinte e três anos. Para eles a satisfação é dupla, após uma interrupção dos estudos durante um período de tempo alargado, conseguiram provar a si próprios e aos outros, que conseguem alcançar as mesmas metas que os demais.



Sónia Sousa



Nuno Alexandre



Bruno Sousa

Este jogo diferencia-se de todos os outros, pela pressão que transmite aos concorrentes. Enquanto nos outros, o tempo para decidir é de dias ou semanas, nas 24 horas tudo tem que ser decidido na hora. O ritmo é alucinante, as provas sucedem-se umas às outras, não deixando muito tempo aos concorrentes para discutirem as resoluções dos problemas. O ambiente também não era o mais propício para a concentração e o raciocínio, havia música a tocar e quando a equipa estava a começar a abordar uma prova, por vezes, já outra estava a ser distribuída.

Este ambiente é o retrato fiel do que se passa nas empresas, onde os profissionais têm que abordar vários projectos simultaneamente, com

um ruído de fundo constituído por telefones a tocar e pessoas a falar.

No desenvolvimento do jogo, a equipa utilizou como instrumentos a internet e livros de apoio, mas mais uma vez o tempo era muito escasso para uma consulta pormenorizada. Aqui os trunfos utilizados pelos alunos foram os conhecimentos, que o curso de gestão lhes proporcionou e que lhes permitiu um raciocínio correcto na abordagem dos problemas.

A ideia de participar neste jogo partiu do Bruno Sousa, que conseguiu convencer os outros colegas a participar no desafio, tanto mais que o ISCAL pagou a inscrição de todas as cinco equipas do Instituto que participaram nas 24 horas. Todos os elementos já tinham experiência de trabalhar em grupo, desde que

se conheceram quando entraram no curso em 2007. Bruno Sousa entendeu que a participação nas 24 horas de gestão, era uma oportunidade para dar a conhecer o curso, junto das outras instituições de ensino superior e do mercado de trabalho e uma oportunidade para eles testarem o que tinham aprendido. O resultado veio provar que o curso é válido e está entre os melhores cursos de gestão do país, compensando todos os sacrifícios que os alunos têm feito para o frequentarem.

Este 1.º lugar acaba por ser a melhor publicidade que o curso pode ter, o que conjuntamente com a participação das outras equipas do Instituto, acabou por ser óptimo para a promoção da imagem do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa.

Vera Castro (1946-2010)

“A Segunda Pele”

O testamento artístico de uma grande pedagoga

“O Papel da Segunda Pele” é o título que a artista Vera Castro – falecida no passado mês de Fevereiro, aos 63 anos – deu ao seu último trabalho de investigação sobre o figurino. É o testamento artístico de uma grande pedagoga, que durante mais de 15 anos honrou a profissão de professor na Escola Superior de Teatro Cinema.

Texto de Vanessa de Sousa Glória



A MINISTRA da Cultura, Gabriela Canavilhas, lamentou publicamente a morte da artista, referindo o seu contributo, como docente, para a qualificação de novos profissionais das artes em Portugal e o grande contributo para o teatro, dança e ópera contemporâneas.

“O Papel da Segunda Pele” são mais de cem páginas com imagens de figurinos da sua autoria em espectáculos de teatro, dança e ópera, e encontramos também neste trabalho o registo de testemunhos de prestigiados profissionais das artes do palco com os quais Vera Castro conviveu ao longo da sua carreira. Com os leitores a figurinista pretendeu partilhar, conforme diz na introdução do trabalho, “o modo de pensar, o saber, as pequenas histórias de uma história maior, de percursos exemplares de paixão, dedicação e partilha”. É um relevante e enriquecedor testemunho para a história do figurino em Portugal deixado pela pintora, figurista e cenógrafa, que considera que o tema é “uma matéria sobre a qual pouco se fala, muito se ignora e quase nada se escreve”.

De Outubro de 2005 a Janeiro de 2006, altura em que gozou de licença sabática para a realização do projecto, Vera Castro recolheu depoimentos dos vários intervenientes na construção de um espectáculo desde o programador e director de artístico, o director do Museu do Teatro, passando pelos figurinistas; encenadores e actores; coreógrafas e bailarinas, críticos de teatro e dança e não descurando a mestra e a zeladora de guarda-roupa. Cristina Reis, Nuno Carinhas, Rita Lopes Alves, Mariana Sá Nogueira, António Lagarto, Bernardo Monteiro e Maria Gonzaga foram os sete figurinistas portugueses que viram a sua prática ser abordada pela artista. Mas Vera Castro quis ainda incluir no seu projecto “o testemunho daqueles que de uma maneira ou outra com esta matéria se relacionavam”. Razão pela qual a artista recolheu o depoimento dos encenadores e actores Luís Miguel Cintra, Beatriz Batarda e João Brites e das coreógrafas e bailarinas Vera Mantero, Olga Roriz e Ana Lacerda. Também o trabalho de quem executa e zela pelo guarda-roupa foi

Uma pessoa tímida

A VERA Castro era uma pessoa tímida, muito discreta, extremamente observadora do mundo que a rodeava e, com facilidade se extasiava perante a beleza que a surpreendia e não era toda. Assumia fidelidade total aos amigos de eleição, que eram poucos, alguns dos bancos da escola. Fazia novos amigos e gostava disso, mas era duma selectividade por vezes aterradora.

A Vera era de uma lealdade extrema, não se deixava adormecer em cima de um problema, nem cedia perante a mentira. Detestava os ociosos. As situações pouco claras. Profissionalmente de uma exigência sem limites, sem cedências à mediocridade e à inveja mesquinha, o que a parecia fazer arrogante. Não pactuava com o desleixo nem o facilitismo em nada da vida e tudo começava por ela. Não sacrificava o seu trabalho e ideias ao comodismo da produção e, se preciso fosse fazia ela ou colaborava. Por tudo isto teve uma vida difícil pontuada de alguns momentos de felicidade, mas de muita angústia e sofrimento.

Direi, sem exagerar, que a sua inteligência era fina. Francófona assumida, adorava o belo na arte da pintura, escultura, teatro e dança entre outros, com os seus ídolos. Ela contribuiu decididamente para o enriquecimento do figurino contemporâneo em Portugal e, disso não a podemos esquecer nem desvalorizar. Não restam dúvidas!

Américo Guerreiro



contemplado. A figurinista ouviu a mestra Adelaide Marinho e a zeladora Maria José Pardal. O papel de quem está do outro lado do palco foi igualmente valorizado deram o seu depoimento os críticos de teatro e dança

João Carneiro e Cláudia Galhós; o programador e director artístico Jorge Salavisa e o director do Museu do Teatro José Carlos Alvarez. “Muitos outros nomes ficaram de fora”, diz a autora que se cingiu aos profissionais



Figurino de Salomé

no activo da sua profissão, em 2005, altura em que iniciou a sua recolha para o estudo.

O tema da ópera não foi abordado no trabalho “O papel da segunda pele” porque “em relação ao teatro e à dança, neste momento, a produção nacional é quase inexistente”, explica Vera Castro.

A autora termina assim a introdução ao seu trabalho: “A todos agradeço o tempo que me dispensaram o que sei nem sempre ter sido fácil. Mas não será isso ao mesmo tempo um bom sinal?!...”

Vera Castro nasceu em Angola no dia 11 de Setembro de 1946. Estudou pintura na Escola António Arroio e na Escola Superior de Belas-Artes, em Lisboa, e mais tarde gravura na Sociedade Cooperativa de Gravadores Portugueses. Com apenas 24 anos iniciou carreira no ensino mas só em 1991 é que foi convidada para dar aulas na Escola Superior de Teatro e Cinema onde se manteve até 2007 altura em que se reformou. Na ESTC leccionou várias disciplinas: técnicas de desenho e pintura, cenografia e cenotécnica.

Na qualidade de cenógrafa e figurinista desenvolveu vários trabalhos para espectáculos de teatro e ópera. Ricardo Pais, José Wallenstein, João Lourenço,

Uma excelente professora

HABITUALMENTE as palavras para descrever a Vera Castro são: grande pintora, cenógrafa e figurinista. Sim, foi realmente tudo isso, mas, para mim, foi também uma excelente professora, grande amiga, dotada de uma grande sensibilidade, seriedade e compaixão.

Sempre que me recordo da Vera lembro o seu bonito sorriso, a sua calma e a disponibilidade em ajudar.

Tive o privilégio de ter a Vera como professora. Alguém que não só me transmitiu os seus ensinamentos e conhecimentos mas também os seus métodos e valores.

Recordo, com alguma estranheza, que a minha relação com a Vera não foi de imediata empatia, pelo contrário, foi uma relação que desde o seu início se foi desenvolvendo lentamente, e como todas as boas relações, foi construindo os seus próprios alicerces, transformando-se numa ligação para toda a vida e para além dela.

Os seis meses de estágio de licenciatura que realizei sob a sua orientação foram um marco decisivo quer em termos do desenvolvimento do nosso relacionamento enquanto professora/aluna/amiga, como profissionalmente enriquecedor e marcante para projectos que viria a desenvolver futuramente. Foi a partilha diária com a Vera que me deu a conhecer o seu lado mais descontraído e divertido, mas também o seu rigor e profissionalismo.

O seu talento e o seu sentido estético são inquestionáveis. Recordo alguns dos trabalhos que vi, compostos por imagens fortes, mas simultaneamente simples e claras que me irão acompanhar para sempre.

Ana Tamen, Jorge Listopad, Rogério de Carvalho, Nuno Carinhas, Filipe La Féria e Cucha Carvalheiro foram alguns dos encenadores conceituados com os quais trabalhou. Vera Castro criou ainda figurinos para os artistas Olga Roriz, Paulo Ribeiro, Né Barros, Rui Lopes Graça e Mehmet Balkan.

Hoje, ainda me custa a acreditar que a Vera não está cá, à distância de um telefonema. Mas conforto-me ao saber que embora não possa ouvir a sua voz oiço ainda os seus conselhos, pois o que ela me ensinou já “vive” dentro de mim. São assim os grandes professores, embrenham-se dentro de nós, deixam-nos marcas que nos acompanham para sempre.

Ainda hoje, sempre que me recordo da Vera e pronuncio o seu nome vem-me lágrimas aos olhos... lágrimas de saudade.

Até já Vera, e obrigado por fazeres parte da minha vida.

Ana Paula Rocha



Foto de Sofia Guerra

Figurino existente na ESTC

A pintora está representada na colecção do Ministério da Cultura e em várias colecções particulares. Vera Castro realizou também várias exposições em espaços culturais, em 2007, na Galeria do Teatro Municipal de Almada e em 2002, na Casa da Cerca em Almada.

Carta da despedida da Escola de Teatro e Cinema

Minha querida Escola,

Agora que vou partir porque a nossa história chegou ao fim, um turbilhão de sentimentos e sentidos cruzam-se ora de forma avassaladora, ora de forma apaziguadora. Despeço-me, a pouco e pouco da efervescência dos alunos nos corredores, do "olá" caloroso da Dra. Luísa, da magnólia do pátio que em cada ano floresce e do senhor cúmplice da Eugénia. Esvazio o armário de fichas e trabalhos de alunos. O que será feito deles, que caminhos andarão a trilhar? Tento não me envolver neste mês de Outubro com os que este ano começam mas não resisto a um comentário interior: Oha este parece interessante. Como virá a ser o seu percurso? Saberei melhor cada instante porque vou ficar privada deles: da relação com os alunos, de tudo o que me deram e me obrigaram a questionar, a tentar perceber os seus modos de pensar e estar, da riqueza única que se faz na troca entre uma geração que acumulou saber e a outra que ainda tem tanto para ver e poder depois escolher. Bastou às vezes um ou dois alunos para sentir que valia a pena, e esse estímulo era o suficiente para me dar a força de enfrentar o lado mais sombrio que algum quotidiano da Escola por vezes me reservava. Mas não é afinal essa a natureza humana?! Conhecer o seu melhor e o seu pior não nos torna mais aptos a perceber essas personagens que são as do teatro?! Obrigada Escola pelo convite que um dia me fizeste pela mão do Professor Listopad e obrigada àqueles que estiveram ao meu lado quando mais era preciso. Obrigada a toda essa energia renovada de gerações de alunos que me ensinaram a manter viva e atenta e a perceber melhor o futuro próximo.

Vera Castro, Outubro 2007

A Vera na biblioteca

CONHECI a Vera em 1998 quando cheguei à Amadora, ainda estava a escola na fase final da sua mudança. Entre caixotes de livros e outra documentação começam as aulas e os alunos a entrarem-me porta dentro. Vinda de uma biblioteca das Ciências da Terra, vejo-me de repente no ensino artístico e sem tempo para me integrar pois era necessário dar resposta às pesquisas que me eram pedidas. Estávamos ainda dependentes de um catálogo manual, o que não facilitava. Rapidamente pedia ajuda dos docentes para que pudesse ter os programas das disciplinas e o seu apoio no que os alunos tinham que estudar. Foi nessa altura que falei pela primeira vez com a Vera. Sempre disponível para colaborar foi-me dando informações para novas aquisições. Era constante a sua preocupação para que os alunos tivessem a possibilidade de encontrar na biblioteca as referências essenciais para quem um dia quisesse ser um bom profissional. Comentava comigo muitas vezes: "Estes alunos nem numa agulha sabem pegar! Não sabem que para se mandar fazer há que saber como se faz!"

A Vera empenhava-se em ensinar e sempre com muita paciência mostrava como fazer. Queria que os alunos percebessem que o que estava em causa era um figurino que seria a segunda pele de quem o fosse vestir. Tinha que se passar do acto da criação à execução e quem vestisse aquela peça teria que se sentir confortável dentro dela. Quantas vezes passava pela biblioteca toda feliz porque os alunos estavam entusiasmados e o trabalho corria bem. Outras vezes desanimava e vinha comentar com grande tristeza: "Estes alunos não se interessam por nada, não querem aprender!"

Este viver a escola é próprio daqueles que gostam do que fazem e a Vera gostava muito de ensinar, de aprender, de criar. Percebia-se que profissionalmente fazia o que mais gostava. Com a sua postura elegante e algo tímida, num sorriso quente conseguiu mostrar-me que a perfeição não existe mas com o nosso rigor podemos tentar encontrá-la.

Luísa Marques

Daquilo que se faz no intervalo

PARALELAMENTE com o ensino da pintura Vera Castro foi desenvolvendo o seu percurso como artista plástica. No ano de 1982, foi convidada pelo encenador Alberto Lopes (após ter visto alguns dos seus quadros) para fazer a cenografia e figurinos para o espectáculo Rei Ramiro. Este trabalho foi de tal forma marcante que logo se seguiram outros convites tendo vindo a criar cenografias e/ou figurinos para diversos encenadores como Filipe La Féria, Mário Feliciano, Nuno Carinhas, Jorge Listopad, João Lourenço, Adolfo Gutkin, Rui Mendes, Miguel Guilherme e José Pedro Gomes, João Canijo, José Wallenstein, Ana Tamen, Ricardo Pais, entre outros.

Vera Castro criou uma linguagem plástica própria e tornou-se numa das expressões artísticas mais emblemáticas e requisitadas da cenografia portuguesa dos últimos anos. Foi, também, responsável pela criação de uma estética visual patente em mais de cinquenta espectáculos de teatro tendo-se estendido ainda à ópera e à dança contemporânea.

Poderíamos falar de Vera Castro artista plástica, figurinista ou cenógrafa, e dentro destas duas últimas categorias, nomear inúmeros espectáculos assinados por ela onde a marca da sua refinada sensibilidade artística se fez notar, mas



Figurino de Fada

como, para Vera uma cenografia bem conseguida era aquela que resultava de um trabalho cúmplice e paralelo com o encenador, no qual não se poderiam distinguir as fronteiras da criação, gostaria de referir aquele que de todos os espectáculos mais serve esse propósito: E No Intervalo Faz-se Qualquer Coisa.

O título deste espectáculo surge de uma célebre frase de Francis Bacon “Nasce-se, vive-se e morre-se, e, no intervalo, faz-se qualquer coisa”. Este espectáculo para além de uma fortíssima imagem plástica e de um “esplêndido cenário (...) que cria com o seu trabalho o equivalente dramático da obra de arte de que se fala o tempo todo (...)”, é consubstancia-

*“A verdadeira obra de arte,
separada do artista, adquire
vida própria e converte-se
numa personalidade, num
sujeito independente, um
sujeito vivo com existência
real – um Ser.”
Wassily Kandinsky*

do por uma necessidade que partiu da própria Vera em conjugar questões sobre pintura e artes plásticas, servindo-se do teatro para questionar a arte, a sua génese e os seus fazedores.

A sua construção teve por base textos do universo das artes plásticas, como ensaios, entrevistas ou lendas, “(...) que funcionaram como material textual ou ponto de partida para situações cénicas”. O cenário, repleto de referências imagéticas, é povoado por personagens saídas das pinturas de referência (de Bruegel, a Chirico), coabitando com a representação física dos próprios artistas (Paula Rêgo, Matisse, Bacon). A sua estrutura dramática assenta na reflexão sobre momentos importantes do processo de criação artística. “A origem da pintura, a aprendizagem, os métodos de



Figurino de Dama de Honor

criação e a relação com os objectos criados; o confronto do artista e da obra com o público; a crítica, o mercado e a obra que sobrevive ao tempo”. Do princípio, Do aprender, Do fazer, Do mostrar, Do criticar, Do vender e, por fim, Da posteridade.

Vera Castro foi co-autora do texto e da dramaturgia deste espectáculo paralelamente com José Wallenstein, com quem teve uma incontornável parceria nas artes e na vida. José Wallenstein referiu numa entrevista recente acerca deste espectáculo “ (...) pode dizer-se que foi um espectáculo de Vera Castro, em que eu realmente fiz a encenação de uma ideia dela, e de uma dramaturgia que ela construiu, e de uma investigação que ela fez.”

Para Vera Castro este espectáculo foi um dos que mais a empolgou, uma vez que criou uma ideia de raiz, e um texto, dos quais a sua cenografia e figurinos surgiram como consequência natural e inevitável.

Da Posteridade é a sequência final deste espectáculo. Estou certa de que, da mesma forma que as imagens criadas por Vera Castro ficaram gravadas indelevelmente na nossa memória, também o talento e a sensibilidade singulares da sua obra perdurarão para a posteridade.

Obrigada, querida Vera. Até logo!

Susana Santos Silva

A minha Vera

VERA Castro (1946-2010) entrou de supetão na minha vida de espectadora nos primeiros anos do meu percurso de crítica de teatro no semanário Expresso. Fez diferença na educação do meu olhar mostrando-me uma imaginação pujante de cores e formas estilizadas e, de espectáculo para espectáculo, foi possível seguir-lhe o irromper de imagens de grande intimidade.

Dois espectáculos poderiam bazar essa descoberta. O primeiro foi Amor de Perlimplim com Belisa em seu Jardim, creio que em 1987, no ACARTE da Fundação Calouste Gulbenkian. Era a primeira encenação de Nuno Carinhas e, verdade seja dita, nunca mais esqueci esse espectáculo seminal. O imaginário dos dois artistas-pintores casava-se aí numa revisitação de Lorca marcada, plástica e semiologicamente, por um desassombro pós-moderno, por um ludismo simbólico (verde, cinco, terra, o leque, facas, roda de afiar, etc.) literariamente referencial mas, sobretudo, de profundas conotações psicanalítico-ideológicas.

O outro espectáculo, E No Intervalo Faz-se Qualquer Coisa, realizou-se no Teatro do Bairro Alto, em 1998. Esse espectáculo mostrou-me qualquer coisa que ela gostou muito que eu tivesse compreendido: Vera Castro era ali uma autora a parte inteira e pude inscrevê-la com toda a justiça no livro que publiquei nesse ano, Mulheres que Escreveram Teatro no Século XX em Portugal (Lisboa, Colibri). E para esse mesmo livro me criou ela uma capa, sobre uma fotografia de outro espectáculo seu, com duas figuras femininas, uma delas, a actriz Isabel de Castro. (O volume lá estava – ficou para o Rui - na estante do seu atelier quando fui recolher livros seus que a família gentilmente me ofereceu e à Escola Superior de Teatro e Cinema).

Minha colega da Escola Superior de Teatro desde o início da década de 90, Vera Castro mostrou-me aspectos muito tocantes da sua personalidade pouco conspícua. Tímida e



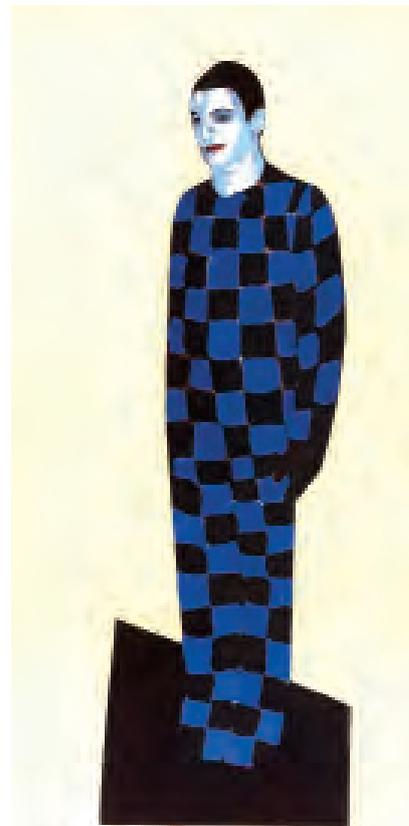
Figurino de "Na palma da mão"

até um tanto fechada, Vera Castro era uma mulher muito corajosa e determinada. Desadequada, artisticamente, num curso (Realização Plástica do Espectáculo) marcado, durante décadas, por um tremendo fechamento à contemporaneidade, Vera Castro impunha-se a alunos e

*"O talento é como um
prego no fundo de um saco:
sacode-se e tem de sair
alguma coisa"
(Vera Castro para os alunos)*

colegas pela sua obstinação e determinação de carácter. Não se calava perante as injustiças e ataques e nunca fugia a cumprir os seus deveres de camarada solidária.

Tínhamos o nosso código de conduta e de entendimento. Sinto-a sempre que me sento no meu lugar da Sala de Professores sob a égide de Almeida Garrett. Precisava – cer-



Figurino de "Na palma da mão"

tamente que o corpo a informava de perda de forças que não entendia – de se reformar, e podia fazê-lo pois trabalhava desde os dezoito anos, mas sofreu tremendamente por abandonar a Escola e os seus estudantes. A carta que nos escreveu é de uma profunda tristeza e tenho dificuldade em a ler.

Vera Castro era respeitada e admirada como artista e, nos últimos anos, retomou a arte da pintura. É tremenda a sua colecção de quadros sobre Figurinos ("Ent[re]idades"), objectos sem corpos dentro com uma dimensão fantasmática que, se nos recordarmos bem, estava em muitos dos seus figurinos e cenografias.

Perdi recentemente, e o teatro também, duas pessoas importantes da minha vida: o meu irmão Jorge Vasques (1950-2009) – que gostava muito da Verinha - e a Vera Castro, minha colega, cúmplice e companheira de trajecto. Fizemos confidências, trocámos risos e lágrimas, e não me conformo com estas perdas.

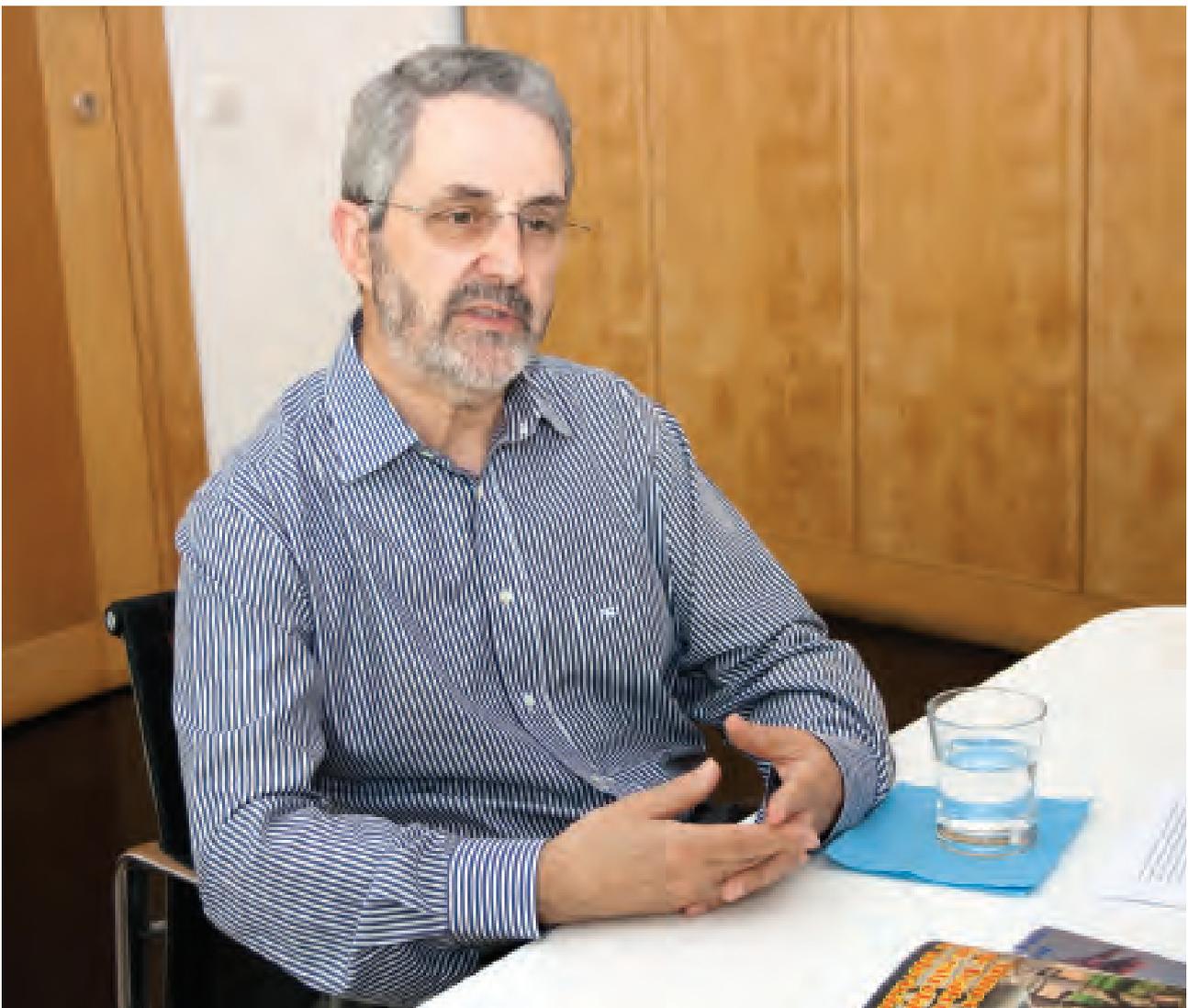
Eugénia Vasques

Sérgio Machado dos Santos, consultor da Avaliação

Inquérito a estudantes é mecanismo amplamente divulgado na Europa

Interveniente activo do processo de modernização do ensino superior, enquanto consultor da Agência de Avaliação e Acreditação, Sérgio Machado dos Santos diz que os estudantes, as famílias e os empregadores devem ser encarados como consumidores, cuja defesa passa por “uma melhor informação sobre a qualidade das formações oferecidas”. Lembrando que os inquéritos aos alunos são uma das fórmulas em voga na Europa, o catedrático sugere que os cursos que apresentem deficiências, que não possam ser corrigidas em tempo útil, deverão ser encerrados.

Entrevista conduzida por Vanessa de Sousa Glória • Fotos de Sofia Guerra



POLITECNIA – As preocupações com a garantia da qualidade do ensino superior só começaram a ganhar relevo no início da década de 90. Porquê só então e sob que formas?

SÉRGIO MACHADO DOS SANTOS – Esta questão tem a ver com as modificações radicais que se verificaram na envolvente do ensino superior no último quartel do século passado. Essas modificações tiveram, entre outros efeitos, o de levantar preocupações sérias em relação à garantia da qualidade, tanto no interior das instituições como por parte da sociedade.

POL. – Um novo desafio?

S.M.S. – Na realidade, as instituições viram-se confrontadas com novos desafios e expectativas, nomeadamente

o problema de como conseguir manter qualidade face a um crescimento explosivo, e por vezes descontrolado, sentindo de forma crescente a necessidade de olhar de uma forma mais institucionalizada para a qualidade. Na prática, verificou-se que, com o grande número de alunos e o crescimento muito rápido dos corpos docentes, a tradição de exigência e rigor diluiu-se e deixou de ser suficiente para garantir, de forma implícita, a qualidade inerente ao ensino superior. Por sua vez, do lado da sociedade, os candidatos ao ensino superior, as famílias e os empregadores, face a uma grande diversificação da oferta e a técnicas de marketing por vezes agressivo, começaram a sentir necessidade de uma melhor informação sobre a qualidade

das formações oferecidas, levando os governos a tomar medidas no sentido da 'defesa do consumidor'.

POL. – Foi esse tipo de preocupações que levou à criação dos sistemas de garantia da qualidade?

S.M.S. – Foi. Começaram a ser instituídos sistemas de garantia da qualidade, assumindo formas diferenciadas, nomeadamente em termos dos chamados 'processos de avaliação', que predominaram na Europa Ocidental, e dos 'processos de acreditação', desenvolvidos por exemplo na Europa de Leste, aproveitando da vasta experiência dos Estados Unidos da América neste domínio.

Gostaria de salientar que avaliação e acreditação têm objectivos complementares, em ambos os casos com

O embaixador da avaliação e acreditação

SÉRGIO Machado dos Santos é professor catedrático aposentado e reitor honorário da Universidade do Minho, onde preside o Conselho Executivo da Fundação Carlos Lloyd Braga. Actualmente tem se dedicado à investigação de políticas do ensino superior sendo autor de diversos estudos e co-autor de alguns livros. No ano passado publicou, em formato electrónico, o estudo *Análise Comparativa dos Processos Europeus para a Avaliação e Certificação de Sistemas Internos de Garantia da Qualidade e Percurso da Formação Contínua de Professores: Um Olhar Analítico e Prospectivo*. Foi ainda autor de outras publicações: *Review of the Quality Assurance and Accreditation Policies and Practices in the Portuguese Higher Education* (CNAVES, 2006), e *Ambição para a Excelência – A Oportunidade de Bolonha*, (Gradiva, 2005).

Na área da avaliação e acreditação tem desempenhado vários cargos de relevo a nível nacional e internacional. De 1994 a 2008 presidiu, por designação governamental, ao Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua, o órgão de acreditação de acções de formação contínua e formação especializada para



professores dos ensinos básico e secundário. De 1998 a 2007 foi membro do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES). Representou Portugal na European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA) de 2000 a 2006. Membro Vitalício da International Association of University Presidents (IAUP), Sérgio Machado dos Santos integra o grupo de peritos do Institutional Evaluation Programme dirigido pela European University Association.

Membro Conselheiro da Ordem dos Engenheiros, Doutor Honoris Causa pela UNIVALI, no Brasil, o professor foi, em 1995, condecorado com a Grã-Cruz da Ordem de Instrução Pública e, em 2002, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante.

Licenciou-se em Engenharia Electrotécnica na Universidade do Porto. É mestre em Electrónica Digital e doutorou-se em Sistemas de Controlo pela University of Manchester Institute of Science and Technology no Reino Unido.

Foi nomeado professor catedrático de Ciências da Computação na Universidade do Minho em 1979 cargo que desempenhou até 2002. Foi o reitor desta universidade durante mais de dez anos (1985 a 1998). Presidiu o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, de 1991 a 1998, e, durante três anos, assumiu a presidência da Confederação dos Conselhos de Reitores da União Europeia (1999-2001). Membro do Conseil Universitaire Jean Monnet (1996-2007), presidiu a comissão instaladora da Escola de Ciências da Saúde da Universidade do Minho e foi Presidente do Conselho Geral da Fundação das Universidades Portuguesas (2001-2009).

um considerável interesse social. Efectivamente, enquanto a avaliação, tendo em vista a monitorização e melhoria constante da qualidade, representa o que se poderá considerar como a função mais nobre e de maior impacto na comunidade, que é a da promoção da qualidade das actividades de ensino, investigação, acção cultural e acção no meio exterior desenvolvidas no seio das instituições, a acreditação visa a garantia de cumprimento dos requisitos mínimos que conduzem ao reconhecimento oficial do curso ou instituição avaliados.

POL. – Uma dualidade de critérios.

S.M.S. – Uma dualidade, que inicialmente existiu entre os processos de avaliação e de acreditação, mas que tem vindo progressivamente a esbater-se. É hoje razoavelmente consensual que avaliação e acreditação são processos indissociáveis. Na realidade, faria pouco sentido que o processo de avaliação, ao transmitir publicamente uma mensagem sobre a qualidade de uma instituição ou curso, não identificasse de forma objectiva os casos em que os critérios mínimos de qualidade subjacentes à acreditação não estejam cumpridos. Por sua vez, a acreditação, por si só, fornece à sociedade uma informação que é importante, mas insuficiente, dado que um curso pode cumprir os critérios mínimos de qualidade para o seu reconhecimento, mas ser de qualidade relativamente baixa. Por essa razão, os processos de avaliação tendem actualmente a conciliar dois propósitos complementares: a melhoria contínua das instituições e a prestação de informação fidedigna sobre o seu desempenho (função de “accountability”).

POL. – As instituições de ensino superior têm assumido a responsabilidade pela qualidade da sua oferta formativa?

S.M.S. – A responsabilidade pela qualidade e a garantia da qualidade no ensino superior reside, em primeiro lugar, nas próprias instituições. As universidades portuguesas assumiram claramente este princípio quando, em 1993, tomaram elas próprias a iniciativa de lançar um programa de avaliação dinamizador de uma cultura interna de qualidade, a que vieram

posteriormente a aderir as demais instituições de ensino superior. O sucesso dessa iniciativa, em termos do impacto que teve no interior das instituições, ficou bem patente no relatório de auto-avaliação do sistema português de avaliação preparado em 2006 para efeitos da avaliação promovida pela ENQA.



Em termos de efectiva melhoria dos sistemas de ensino superior, há dúvidas sobre se o esforço financeiro dispendido compensa realmente

POL. – É essa a posição que tem vindo a ser considerada no âmbito do Processo de Bolonha?

S.M.S. – É. Lê-se, por exemplo, no Comunicado de Berlim que, em conformidade com o princípio da autonomia institucional, a responsabilidade primária pela garantia da qualidade no ensino superior reside em cada uma das instituições em si mesma, o que constitui a base para uma responsabilização real do sistema académico dentro do quadro nacional de qualidade. Verifica-se, conseqüentemente, um esforço considerável no seio das instituições no sentido da concepção e instalação de sistemas internos de

garantia da qualidade, como é evidenciado por exemplo no documento TRENDS 2010 dado a conhecer no passado mês de Março.

POL. – O estabelecimento de sistemas internos de garantia da qualidade é obrigatório em todos os países?

S.M.S. – Com a adopção dos padrões europeus para a garantia da qualidade na Cimeira Ministerial de Bergen, em 2005, e a conseqüente transposição desse referencial para os sistemas jurídicos nacionais, a obrigatoriedade do estabelecimento de sistemas internos de garantia da qualidade é uma realidade na totalidade dos países que aderiram ao Processo de Bolonha. Em Portugal, a vertente da avaliação interna é tratada no artigo 147.º do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, onde se define que as instituições de ensino superior devem estabelecer, nos termos dos seus estatutos, mecanismos de auto-avaliação regular do seu desempenho.

POL. – Quais são as características básicas para esses sistemas internos?

S.M.S. – Em primeiro lugar, mais do que um exercício burocrático de controlo e verificação de conformidade com orientações externas, a avaliação interna é essencialmente um processo permanentemente orientado para a melhoria contínua da qualidade. Como tal, envolve procedimentos de monitorização e controlo, mas também de reflexão e posterior intervenção. Pressupõe o acompanhamento sistemático das diversas actividades, o levantamento de dados e a construção de indicadores, i.e., inclui uma dimensão de mensurabilidade que é essencial para a credibilidade do processo de avaliação, para o estabelecimento de benchmarkings e para a reflexão posterior sobre os elementos de acompanhamento recolhidos, reflexão essa da qual deverão ser extraídas conclusões e conseqüências, expressas em propostas de medidas de adaptação ou correcção, para melhoria de processos e resultados. Por outras palavras, a avaliação envolve um processo de retroacção para melhoria da qualidade.

POL. – A avaliação interna incide sobre todas as actividades e elementos da instituição?

S.M.S. – Todas: o ensino, a pós-graduação, a investigação, a extensão comunitária, bem como os agentes envolvidos. A avaliação deve envolver activamente todos os actores relevantes, num processo com sentido de responsabilidade colectiva, como algo que diz respeito a todos e a todos envolve. Não menos importante, o processo de avaliação interna deve obedecer a uma política institucional para a garantia de qualidade e seguir procedimentos devidamente institucionalizados. Quer isto dizer que a avaliação interna não é compatível com processos ad hoc, exigindo, pelo

de garantia da qualidade, que pode incluir a avaliação de alguns cursos por amostragem. Em Portugal, o sistema estabelecido pela Lei n.º 38/2007 segue uma tendência que se verificou em diversos países da Europa Ocidental a partir do início da década, de introdução da acreditação de cursos, mas em relação ao qual se têm vindo a verificar alguns movimentos significativos de afastamento, a favor de sistemas mais leves e motivadores para a inovação e a criatividade no interior das instituições. A intenção da Agência A3ES de, após a fase corrente de acreditação de todos os cursos em funcionamento, instituir um modelo mais simplificado de acreditação por amostragem em relação às institui-

ções, poderão ser os maiores inimigos de uma verdadeira cultura para a qualidade. O programa AUDIT, de certificação dos sistemas internos de garantia da qualidade, é cumulativo com os programas VERIFICA e ACREDITA, correspondentes à acreditação inicial e à reaccreditação periódica de todos os cursos, o que não parece corresponder ao que se começa a identificar como práticas recomendáveis a nível europeu.

POL. – Que é que estudantes e sociedade vão ganhar com a implementação de um sistema de qualidade no ensino português?

S.M.S. – Entre as pessoas que se têm dedicado ao estudo em profundidade destas temáticas começa a formar-se

Se alguns dos cursos em funcionamento, agora submetidos a acreditação, apresentarem deficiências que não possam ser corrigidas em tempo útil, designadamente quanto à qualificação do corpo docente, então esses cursos deverão ser encerrados



contrário, procedimentos pré-definidos e estruturas de apoio adequadas.

POL. – O que se espera dos estudantes e das comunidades internas neste caminhar pela qualidade?

S.M.S. – Como se referiu atrás, espera-se um envolvimento activo e empenhado, que é fundamental para a interiorização de uma cultura de qualidade que permeie todo o funcionamento da instituição.

POL. – O sistema português para a garantia da qualidade é muito diferente do que se pratica em outros países europeus?

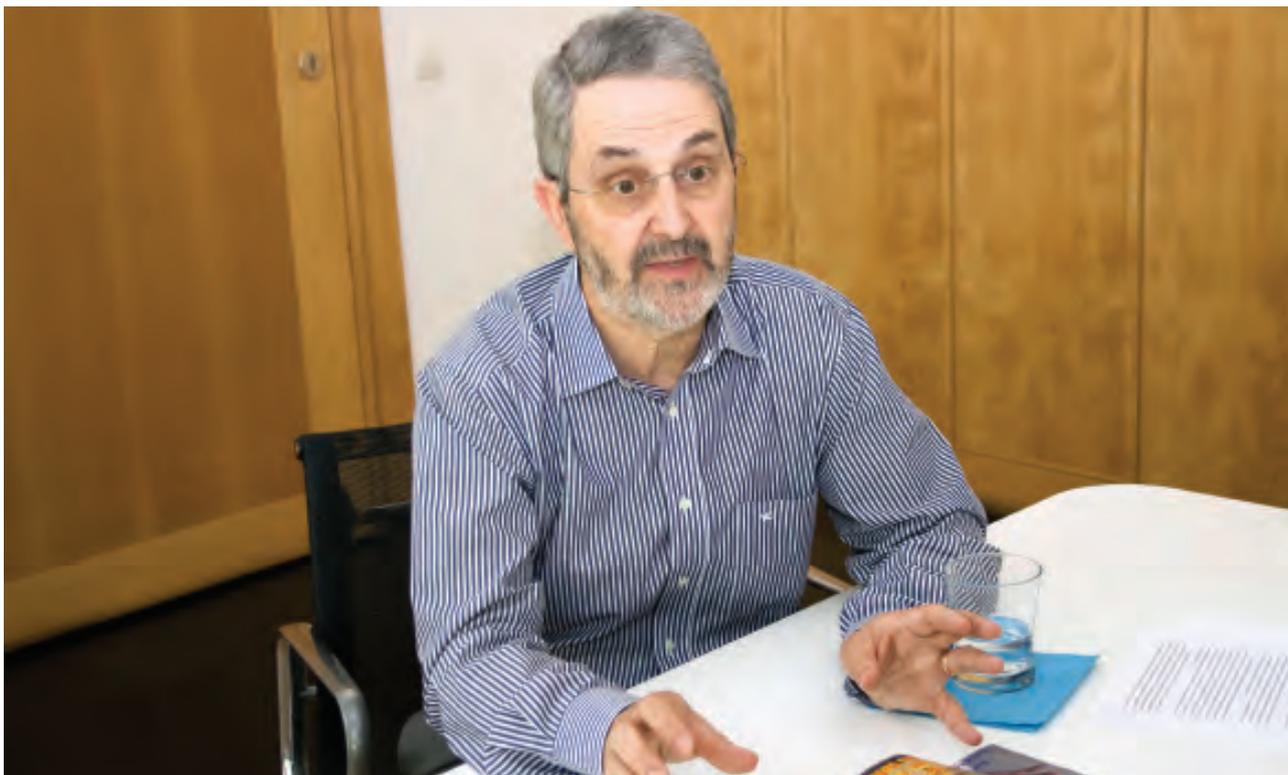
S.M.S. – Apesar das orientações gerais estabelecidas pelos padrões europeus, verifica-se uma enorme diversidade de abordagens entre países, desde sistemas de controlo externo muito estrito, nomeadamente nos países em que é obrigatória a acreditação individual dos cursos conducentes a grau, a outros sistemas orientados predominantemente para a melhoria da qualidade do ensino superior, em que, tipicamente, é efectuada uma avaliação externa (certificação) dos sistemas internos

que venham a ter os seus sistemas internos de garantia da qualidade certificados através de um processo de auditoria institucional, segue nesse bom caminho, perspectivando um sistema nacional responsabilizante para as instituições e orientado para a melhoria contínua da qualidade.

POL. – A Espanha, onde desde 1981 os alunos preenchem inquéritos para avaliar o grau de satisfação com o ensino, é um exemplo a seguir?

S.M.S. – Em Portugal há instituições que começaram a instituir os inquéritos aos estudantes no início da década de 90, pelo que se dispõe já no país de uma preciosa experiência neste domínio. Actualmente em Espanha as instituições de ensino superior vêm-se confrontadas com mecanismos múltiplos de avaliação externa, tanto a nível institucional como dos cursos considerados individualmente, num sistema que, a meu ver, se torna pesado. As universidades espanholas têm aderido bastante bem a esses mecanismos, mas existe o risco de cansaço e rotinização, que

a ideia de que frequentemente se procura tirar dos sistemas de garantia da qualidade, principalmente por parte do poder político, mais do que aquilo que esses sistemas podem dar, i.e., colocam-se expectativas irrealistas nos processos de avaliação externa como se aí residisse uma panaceia para a qualidade do ensino superior. Não quer isto dizer que um sistema de garantia da qualidade bem concebido não possa ter efeitos muito benéficos para a qualidade, em especial se o seu foco se orientar mais para aspectos de melhoria contínua do que para aspectos de controlo e conformidade. Pessoalmente, penso que a aplicação de um ciclo de acreditação conduzido com rigor e com as consequências devidas é altamente benéfico, por permitir identificar e corrigir ou expurgar casos de qualidade deficiente que se tem consciência de que existem mas nunca foram encarados a sério no passado. A acreditação constitui um selo de conformidade com padrões base de qualidade e simultaneamente uma forma de persuasão junto das insti-



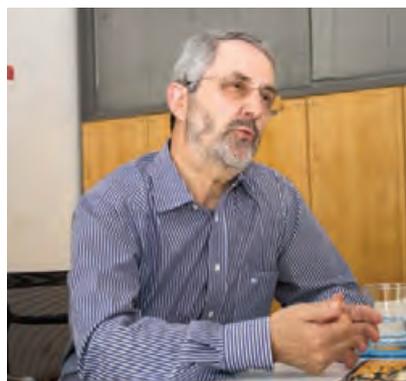
Sérgio Machado dos Santos: "Os candidatos ao ensino superior, as famílias e os empregadores, (...) começaram a sentir necessidade de uma melhor informação sobre a qualidade das formações oferecidas(...)"

tuições de ensino superior para uma auto-contenção da sua oferta formativa face às condições ambientais existentes, nomeadamente no que respeita a recursos humanos qualificados. Um outro aspecto importante respeita à qualidade da informação disponibilizada pelas instituições, que passará a ser apoiada por procedimentos internos devidamente instituídos e melhor controlada.

POL. – A legislação nacional do ensino superior está adequada às exigências da qualidade?

S.M.S. – O quadro normativo nacional segue de perto os padrões europeus para a garantia da qualidade no ensino superior, com a vantagem de ser mais abrangente, ao incluir a totalidade da missão institucional, dado que os padrões europeus apenas cobrem a dimensão do ensino. O sistema nacional de garantia da qualidade assume como filosofia de base a acreditação de cursos, o que, como se disse anteriormente, é positivo para um primeiro ciclo de avaliações, que faça uma triagem abrangente dos cursos existentes, contribuindo para a eliminação dos que não consigam cumprir os crité-

rios mínimos de qualidade exigíveis, mas que a manter-se sem alterações após esse ciclo traria poucas mais-valias face ao esforço exigido. No



A independência das Agências é um requisito indispensável para a sua participação na ENQA

entanto, o bom senso expresso nas intenções manifestadas pela Agência A3ES a este respeito faz pressupor que a legislação será interpretada de forma flexível, para que se não desperdicem esforços e recursos em casos de qualidade comprovada.

POL. – O Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior aborda com especial atenção os princípios da Transparência, Informação e Publicidade, traduzindo a preocupação com uma informação constante e actualizada ao público. Estes são aspectos relevantes para a avaliação interna?

S.M.S. – Essa preocupação prende-se com a função de "accountability" anteriormente referida. Com a massificação que se verificou no acesso ao ensino superior, expressa na diversificação das formações, tanto de graduação como de pós-graduação, na diversificação institucional, com o desenvolvimento do ensino politécnico e do sector privado, bem como nas novas expectativas que a sociedade passou a colocar no ensino superior enquanto procura de formação não só para elites, mas também, e principalmente, para o exercício de uma cidadania activa no contexto da sociedade do conhecimento, é fundamental que as instituições disponibilizem informação actualizada, imparcial e objectiva, tanto quantitativa como qualitativa, acerca dos cursos e graus oferecidos, o que constitui, aliás, um dos sete pa-

drões europeus aplicáveis aos sistemas internos de garantia da qualidade.

POL. – De que forma é que as instituições vão poder verificar a competência dos docentes?

S.M.S. – Um mecanismo de avaliação da prestação docente amplamente divulgado nas instituições europeias é o da aplicação de inquéritos aos estudantes. Como disse há momentos, em Portugal esses instrumentos de avaliação começaram a ser usados em Portugal no início da década de 90, nomeadamente na Universidade do Minho e no IST, que foram pioneiros a esse respeito. A análise do aproveitamento escolar dos estudantes e a avaliação pelos pares efectuada nas provas académicas previstas no Estatuto da Carreira Docente contribuem igualmente para uma apreciação da competência docente. Os regulamentos de avaliação individual dos docentes, que estão a ser adoptados pelas instituições de ensino superior, irão seguramente valorizar esses aspectos, a par de outros que são relevantes para o conteúdo funcional das diversas categorias da carreira.

POL. – Porque razão os procedimentos de avaliação dos objectivos de aprendizagem dos estudantes levam mais tempo a implementar?

S.M.S. – Porque não havia uma tradição nesse sentido, a avaliação centrava-se mais na aquisição e capacidade de utilização de conhecimentos e não tanto na aquisição de capacidades transversais, como o aprender a aprender e outras de natureza pessoal e interpessoal que são hoje muito mais valorizadas pelos empregadores. As reformas de Bolonha avançaram bastante nos aspectos formais, como seja as estruturas de graus, mas os progressos na reforma curricular estão a ser bem mais lentos. A questão dos objectivos de aprendizagem vai ser o aspecto central do Bolonha II, numa agenda para uma nova década, até 2020.

POL. – As instituições de ensino superior e as Agências vão trabalhar em conjunto?

S.M.S. – Uma das boas práticas que se tem vindo a identificar em muitos países europeus, no que respeita à garantia da qualidade, é a preocupação com o diálogo entre as Agências

e as instituições, nomeadamente com vista à melhoria dos modelos de avaliação e ao apoio às instituições para a tarefa complexa de assumirem elas próprias a responsabilidade, em primeiro lugar, pela sua qualidade. Em Portugal, não só através do Conselho Consultivo da A3ES, onde as instituições estão representadas, mas também, e principalmente, pela abertura que tem sido demonstrada pelo Conselho de Administração da Agência, o clima de cooperação e diálogo pare-



A obrigatoriedade do estabelecimento de sistemas internos de garantia da qualidade é uma realidade na totalidade dos países que aderiram ao Processo de Bolonha

ce-me ser francamente positivo.

POL. – O que vai acontecer às instituições que recebem nota negativa na avaliação?

S.M.S. – Estou convicto de que a Agência vai privilegiar a indução da melhoria do sistema, apontando às instituições os aspectos a corrigir, dentro de prazos razoáveis e de mecanismos de acompanhamento rigorosos. Contudo, se alguns dos cursos em funcionamento, agora submetidos a acreditação, apresentarem deficiências que não possam ser corrigidas em tempo útil, designadamente quan-

to à qualificação do corpo docente, então esses cursos deverão ser encerrados. Questão diferente é a acreditação de novos cursos, em que será fundamental que sejam cumpridos à partida os requisitos de qualidade legalmente exigíveis. Mas estou convicto que a maioria das instituições vão, elas próprias, assumir uma posição de auto-contenção, não submetendo à acreditação cursos que não cumpram os requisitos necessários.

POL. – Não receia que o sistema interno de qualidade se resuma a um mero exercício burocrático de controlo?

S.M.S. – Esse risco existe sempre, é necessário evitá-lo. Por isso mesmo, os referenciais para os sistemas internos que foram recentemente colocados em discussão pública são suficientemente abertos para não induzirem abordagens de mera conformidade, desafiando as instituições à criatividade e inovação no desenvolvimento dos seus sistemas internos de qualidade, adaptados à cultura própria da instituição. O envolvimento empenhado das comunidades académicas é fundamental para que o sistema tenha como finalidade essencial a assunção de uma cultura interna de qualidade.

POL. – Algumas instituições estão já a aderir a sistemas de qualidade. É o caso do IPL já certificado pela Norma NP EN ISO 9001:2000. Será isto meio caminho andado?

S.M.S. – Há já bastante caminho percorrido pelas instituições portuguesas, de forma diferenciada, o que só enriquece o sistema, mas de um modo geral as abordagens à garantia interna da qualidade não são ainda suficientemente integradas, por forma a constituírem um verdadeiro sistema. As instituições devem desenvolver os seus sistemas internos de qualidade a partir das valências já desenvolvidas e testadas, aproveitando os padrões europeus e os referenciais nacionais que estão em construção para completarem e melhorarem os seus sistemas.

POL. – A quem compete sensibilizar os decisores políticos para tornarem os processos de garantia da qualidade mais flexíveis?

S.M.S. – O posicionamento da Agência é fundamental a esse respeito, e

felizmente a Agência A3ES defende uma flexibilidade e significativa simplificação de processos a partir do primeiro ciclo de acreditações, que ficará concluído em finais de 2011. Mas as instituições devem também ser pró-activas e demonstrar que são eficazes no seu controlo interno de qualidade, através de mecanismos que optimizem a aplicação de recursos e promovam continuamente a qualidade.

POL. – A qualidade é cara? O esforço financeiro envolvido compensa?

S.M.S. – A qualidade é naturalmente cara, e os mecanismos de garantia da qualidade, tanto internos como externos, são igualmente caros. Em termos de efectiva melhoria dos sistemas de ensino superior, há dúvidas sobre se o esforço financeiro dispendido compensa realmente, o efeito mais imediato das acreditações está na garantia do cumprimento dos requisitos mínimos exigíveis. Se o esforço for colocado predominantemente no interior das instituições, através do apoio ao desenvolvimento de sistemas internos orientados para a melhoria contínua, aliviando concomitantemente a carga de avaliação externa, os resultados serão em princípio mais positivos em termos de uma melhoria efectiva e sustentável. Na prática, preconiza-se centrar nas instituições o esforço



78% das Agências europeias são maioritariamente suportadas pelo Estado e 41% são exclusivamente suportadas por fundos públicos

financeiro para a garantia da qualidade, com a consciência de que as estruturas e processos de garantia interna da qualidade exigem meios financeiros consideráveis.

POL. – Ao serem financiadas pelos Estados as Agências não perdem autonomia e independência?

S.M.S. – A autonomia e independência da Agência não se joga a

nível do financiamento, mas sim em outros aspectos, como o facto de os membros dos órgãos da Agência serem inamovíveis durante os seus mandatos e, principalmente, na independência da Agência na nomeação dos membros das equipas de avaliação, sem interferências das instituições ou do poder político, e a independência dessas equipas na formulação dos seus juízos.

POL. – A independência das Agências é certamente uma questão importante?

S.M.S. – A independência das Agências é um requisito indispensável para a sua participação na ENQA e a questão do financiamento pelo Estado não tem comprometido a aceitação das Agências no seio desses organismos. Aliás, de acordo com os dados de um inquérito efectuado em 2008, 78% das Agências europeias são maioritariamente suportadas pelo Estado e 41% são exclusivamente suportadas por fundos públicos.

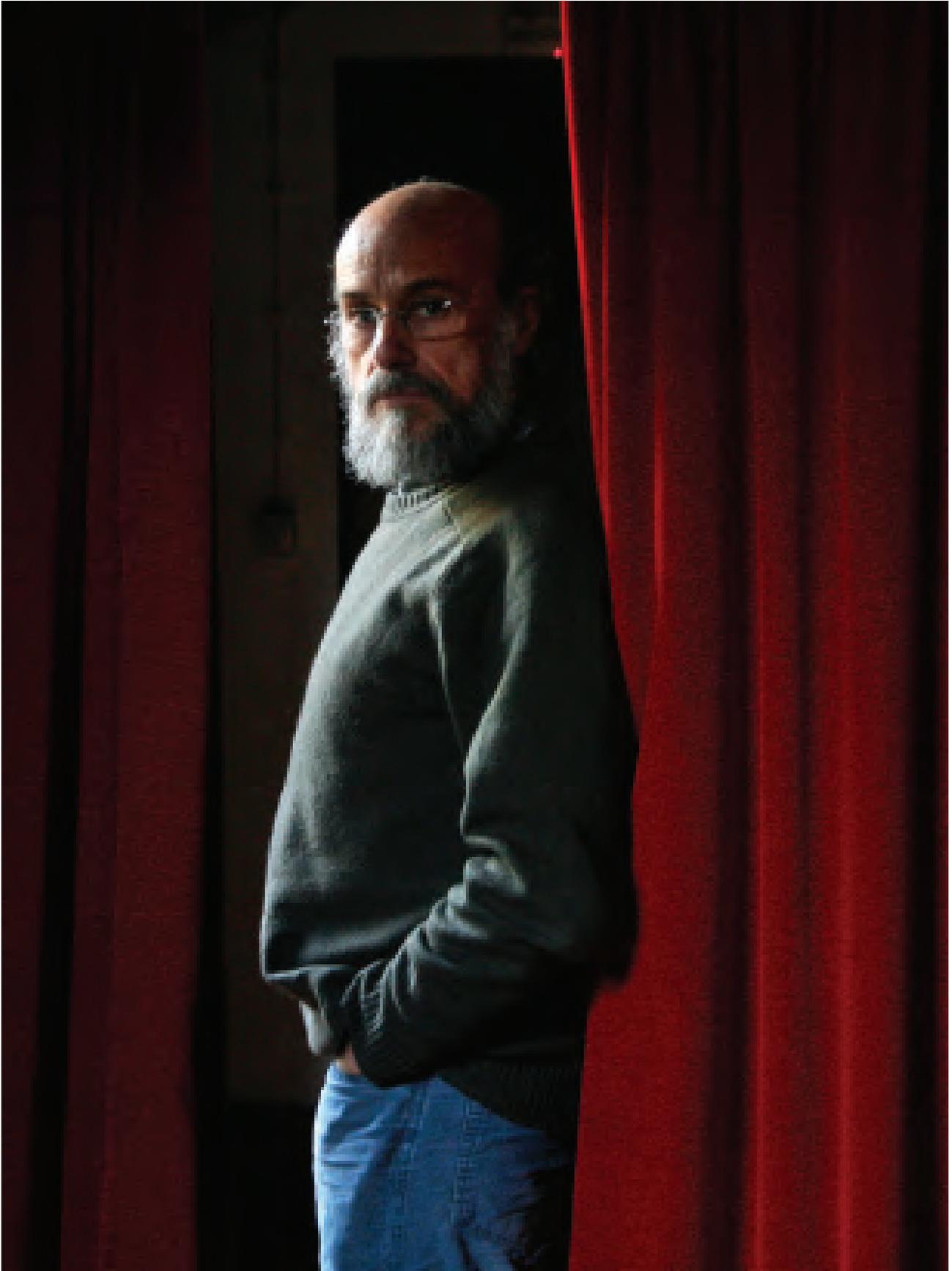
POL. – As agências de avaliação também vão ser avaliadas?

S.M.S. – É fundamental que o sejam, para dar o exemplo, dentro do princípio “take your own medicine”. Este é, igualmente, um dos requisitos obrigatórios para a participação das Agências na ENQA e para o seu registo no European Quality Assurance Register (EQAR).



"É fundamental que as instituições disponibilizem informação actualizada, imparcial e objectiva, tanto quantitativa como qualitativa, acerca dos cursos e graus oferecidos"

No palco de todas as intervenções



João Brites

O revolucionário teatral

Possui no olhar aquele brilho característico das pessoas que vivem em função de um ideal. João Brites, o fundador do grupo de Teatro O Bando, continua fiel aos princípios que o levaram a exilar-se na Bélgica nos Anos 60; transgressão permanente dos modelos vigentes. Na quinta de Vale de Barris, em Palmela, o seu reduto actual, continua a recriar-se como sempre o fez, encenando um teatro diferente dos outros.

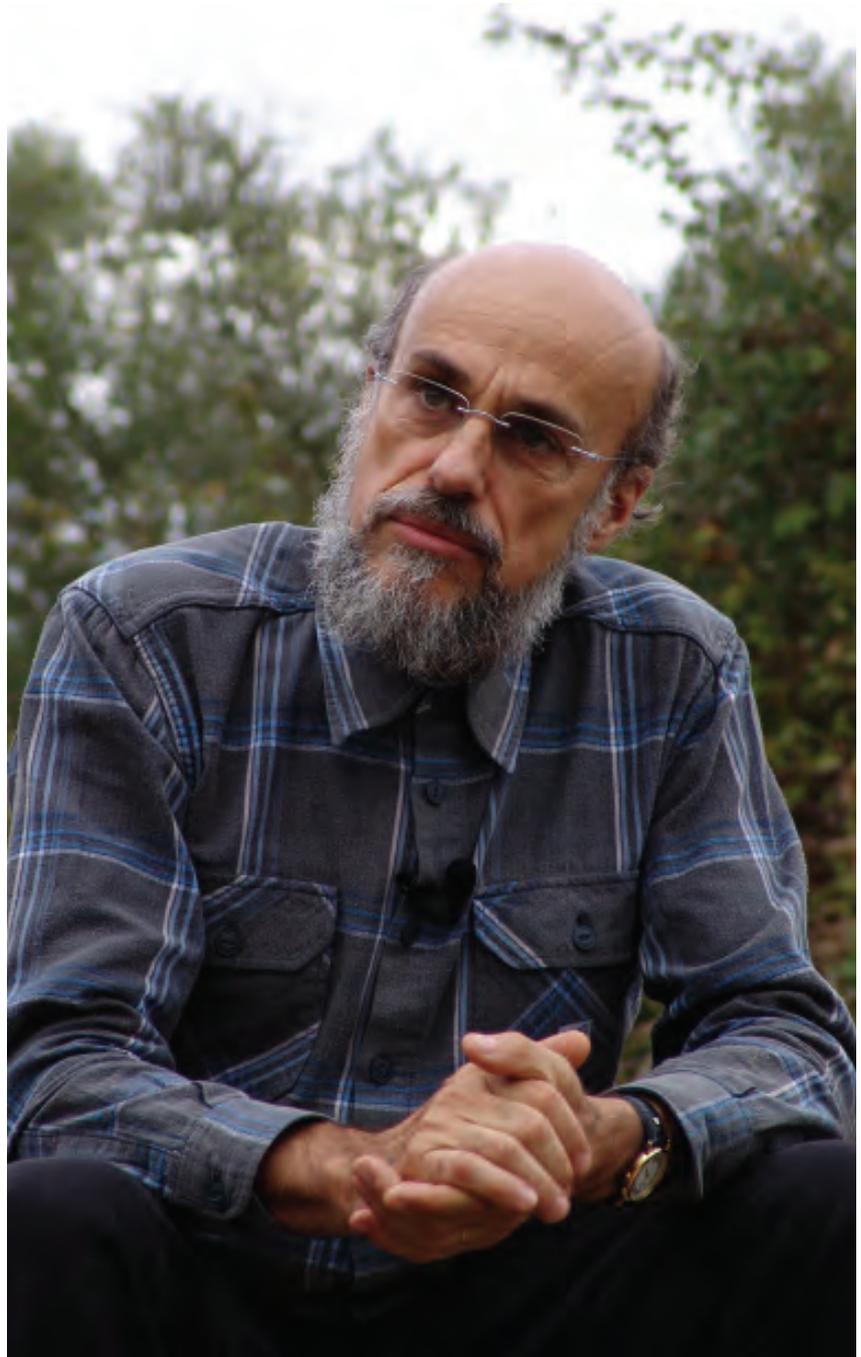
Textos de Paulo Silveiro

O TEATRO em que aposta é aquele que faça as pessoas reconhecer a arte em sítios pouco convencionais, e que as leve a encontrar as respostas para as suas próprias questões. E é esse teatro de conteúdos explícitos e implícitos que transmite aos seus alunos da Escola Superior de Teatro e Cinema.

Artista plástico, cenógrafo, encenador e dramaturgista, João Brites desde cedo começou a revelar o seu carácter de intervenção.

Nasceu em Torres Novas em 1947, filho de um pai que era médico e de uma mãe professora primária, com dois irmãos mais novos, um rapaz e uma rapariga, passou a infância no Cacém onde os pais trabalhavam. O liceu foi feito no Pedro Nunes, relembra as viagens no comboio da linha de Sintra, ainda a carvão, onde conhecia muita gente. O seu apego à terra e aos saberes populares surgiu na infância, quando passava as férias nos Pimentéis, numa lezíria em Torres Novas e via o moinho de água dos avós. O ciclo das pedras a moer a farinha, o barulho da água e os cheiros, despertavam nele uma magia só igualável no outro local onde passava férias, a Nazaré. Aí era o mar que o fascinava, o pai, um aficionado pela pesca transmitiu-lhe o gosto, mas para João Brites, a pesca é uma desculpa para estar horas a fio a contemplar o mar. Adora cozinhar, principalmente uma massa de peixe, aprecia igualmente comida Tailandesa.

Gosta de ler, principalmente literatura portuguesa sempre com o in-



Prisão em Caxias e exílio



Na Bélgica em 1968

UM dia João Brites leu no Diário de Lisboa, com grande espanto, que tinha sido preso. A notícia dava conta de que um tal Feliciano estava nas mãos da Pide. Feliciano, era, de facto, o seu pseudónimo clandestino no PCP, mas quem tinha sido preso não era ele, mas um colega seu que, com apenas 15 anos, aguentou

durante seis meses a tortura da polícia política sem nunca o denunciar.

A sua vez chegou porém. Foi preso durante uma manifestação na cidade universitária, levaram-no para a prisão de Caxias, onde passou a noite, aí sentiu o medo do que lhe poderia acontecer. Foi só um susto libertaram-no pela manhã.

Nunca envolveu os seus pais nas suas actividades clandestinas, para os proteger.

Em 1966 foi para a Bélgica como refugiado político, viveu em Bruxelas onde frequentou os cursos de pintura e gravura na Ecole Nationale Superieure d'Architecture et des Arts Visuels de "La Cambre". Aí vive o dilema de ser um artista com uma linguagem artística abstracta continuando com as suas preocupações sociais de mudança.

A sua vida em Bruxelas era difícil, no primeiro ano ainda foi bolseiro da Gulbenkian, depois a Pide descobriu que ele era um refractário e cortou-a. Teve de ir trabalhar nas limpezas. Começou por fazer gravuras mas acabou por abandoná-las por ser um trabalho solitário. O seu carácter de provocação levou-o a realizar umas gravuras abstractas a cores acompanhadas de textos de Marx e Engels. Era uma figura muito conhecida no meio académico, gostava de se apresentar como um pintor vindo de Portugal, envergava uma capa de estudante esfarrapada e usava uma boina. Viveu intensamente o Maio de 68, participou na ocupação da escola e protestou contra a guerra do Vietname. Chegou a ser actor na Escola de Cinema de Bruxelas, onde conheceu uma aluna da área de teatro, a Jacqueline, com quem casou. Foi com ela que iniciou um teatro para a infância de rua. Passou da gravura para a ceno-

tuito de montar uma peça. Vê Saramago como um provocador, admira-o por ser uma pessoa que nunca abdica das suas convicções. Do cinema lembra os ciclos de Fellini, Ingmar Bergman e Antonioni, aprecia o cinema Iraniano e Russo. Gosta de viajar pelos sítios menos turísticos, gostou da Turquia, gostava de ir à Índia e ao Oriente. Não é religioso, acredita no Homem e na sua capacidade para ultrapassar as dificuldades. Gosta de meter as mãos na terra e de podar as oliveiras, o trabalho manual ajuda-o a serenar a mente sempre em ebulição. É um homem de gostos simples. O melhor convívio é à mesa, numa conversa animada com os amigos, acompanhada por uma boa refeição e por bom vinho.

Aos 16 anos, era membro do partido comunista e lançava panfletos no cimo do



João Brites com a mãe em 1948

elevador de Santa Justa no 1.º de Maio de 1963. O feito chegou a ser noticiado na Rádio Moscovo. Foi recrutado pelo PCP por pertencer ao grupo daqueles

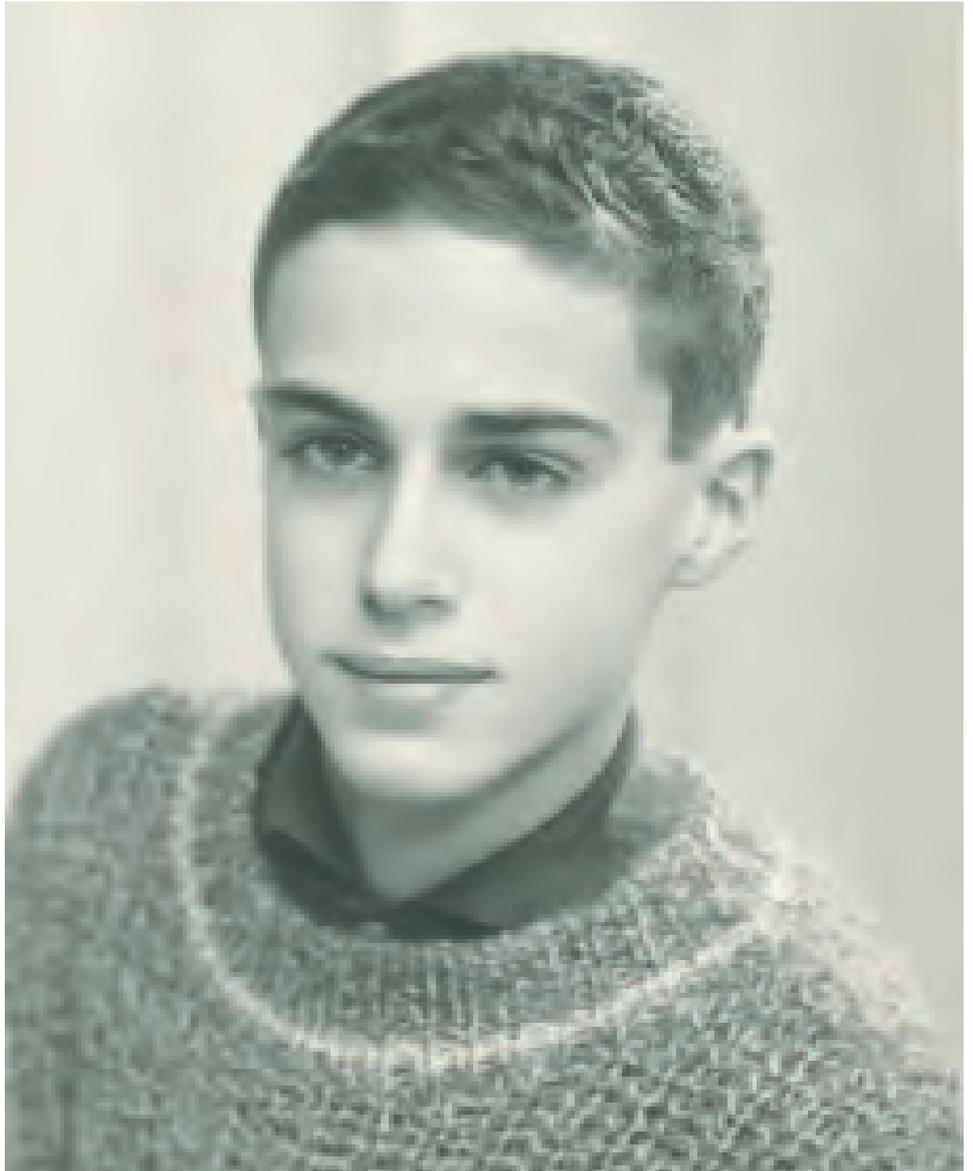
que questionavam a existência de Deus e que queriam mudar a sociedade. Também o facto de participar em reuniões clandestinas o fascinava.

na Bélgica

grafia, tendo começado a articular as suas convicções estéticas, filosóficas e políticas com a sua prática. Sentia-se realizado na sua função social, ao lidar com as crianças, como educador de mentalidades. Ficou desconfiado quando recebeu a notícia da revolução de Abril, lembra-se de ir para o ponto mais alto da cidade de Bruxelas ouvir a rádio em ondas curtas. E foi aí, ao ouvir as canções de Zeca Afonso, que acreditou que as coisas tinham mudado em Portugal. Decidiu voltar com a família que entretanto já tinha sido alargada com um filho com dois anos, o Nicolas.

Quando pisou a sua terra Natal ao fim de oito anos de exílio absorveu a etnologia do fenómeno popular como uma fonte inspiradora para um artista contemporâneo. Portugal era um museu vivo. A memória colectiva do povo português, conjugada com o ambiente de transgressão total que reinava levou-o a uma embriaguez artística. Foi aí que nasceu O Bando, em Outubro de 1974, que no início era um teatro de intervenção, orientado para os espectáculos direccionados para crianças. A partir daqui o percurso de João Brites funde-se com o grupo de teatro. Andavam de terra em terra, realizando espectáculos sobre as cooperativas, convivendo com as pessoas do país real e convidando-as a participar e a expressar as suas ideias.

Anos passados sobre a prisão e o exílio, o destino pregou-lhe outra partida. Em 1978 o Secretário de Estado da Cultura, David Mourão-Ferreira, suspende-lhes o subsídio o que os obriga a sediarem-se em Vila Real. Esta foi uma experiência marcante, durante seis meses viveram ao ritmo da comunidade, levantavam-se à mesma hora das pessoas que iam para os campos. Foi aqui que organizaram os primeiros Jogos Populares Transmontanos, em cooperação com um conjunto de associações locais. Relembra a histórica chega de bois em Vila Real, que movimentou milhares de pessoas e que foi noticiada com muito entusiasmo pelo Baptista Bastos. Este tipo de iniciativas deu ao grupo uma grande visibilidade tendo chegado a receber a medalha da cidade.



João Brites na adolescência



Na Bélgica em 1966



O pintor que foi de Portugal em 1971

O Protagonista



No Festival Percursos, em 2002, no Centro Cultural de Belém



No ensaio do evento comunitário, inserido na Faro Capital da Cultura, em Querença no ano de 2005

O tipo de teatro desenvolvido pel' O Bando foi alvo de uma constante evolução. No início era um teatro pouco exigente em termos estéticos, cujo objectivo era cons-

truir uma estética resultante do contacto genuíno com as pessoas e com as crianças. Continuou a ser um grupo itinerante, percorrendo várias localidades do país,



Em 1975 no espectáculo "O Ovo", com João Mota

Um

O Bando é uma cooperativa composta actualmente por vinte pessoas. Este tipo de instituições está praticamente extinta, hoje existem mais empresas e associações culturais. Por detrás de tudo existe um ideal de colectivismo que se foi modificando ao longo do tempo. No início todos os elementos eram iguais, tinham o mesmo salário, discutia-se muito e seguiam os mesmos ideais. Actualmente para além dos cooperantes, que não são obrigatoriamente assalariados, existe um conjunto de pessoas com funções específicas e que não se integraram no ideal do grupo.

O órgão máximo da cooperativa é a assembleia-geral dos cooperantes que tem poder para destituir a direcção e aprovar



teatro singular em processo colectivo

programas. Existe igualmente a direcção artística constituída por um conjunto de pessoas de vários quadrantes como a arquitectura, a música, a escultura ou a língua portuguesa.

João Brites é o líder desta equipa, o director artístico, mas as decisões são tomadas depois de todos se terem expressado.

Uma questão peculiar é o preço dos bilhetes, existem escalões que se adaptam às posses das pessoas, sendo que todas ficam sentadas nas mesmas condições.

No seio do Grupo continua-se a discutir o rumo a tomar, tendo em conta que o fruto do teatro é singular mas que resulta de um processo colectivo. João Brites aposta no desenvolvimento do colectivo, tudo o que se fizer no futuro será consequência do trabalho dos cooperantes d' O Bando sempre

num processo aberto. O encenador assume que o seu trabalho tem um aspecto político mas não partidário. A arte não é consensual e pode ser um meio para despertar consciências, e esta é a sua dimensão política. A posição do professor deve ser a de incutir a responsabilização social e a defesa, momentânea, daquilo em que acredita.

Apesar de ter estado ligado, na sua juventude, ao partido comunista, actualmente vê-o como um ideal romântico. Houve uma perda de referência em relação à realidade concreta por parte dos dirigentes do partido. Acredita que às vezes é necessário existir um certo radicalismo razoável para que as coisas estejam no sítio certo, reconhecendo que nos últimos cem anos todas as regalias sociais que foram sendo ad-

quiridas pelos trabalhadores, foram fruto de um pensamento marxista. Hoje sente que tem uma mente mais aberta, apesar de continuar a defender o colectivo e a ajuda aos mais desfavorecidos.

Mas todo este espírito, onde o poder está diluído num grupo, não impede João Brites de reconhecer a dependência d' O Bando em relação ao Estado para a sobrevivência do Grupo. Se o subsídio deixar de existir têm que fechar as portas. O professor da ESTC entende que o Estado deveria apoiar mais na exportação dos grupos de teatro, até porque seria uma forma de rentabilizar o que investe neles. Na realidade as participações d' O Bando em eventos no estrangeiro ou são por convite das organizações ou são por iniciativa própria.

O Protagonista

sempre com grandes dificuldades em encontrar espaços para actuar, chegaram a estar instalados num autocarro da Carris de dois andares.

Finalmente, em 1984 foram para a Comuna tendo ficado cinco anos na casa do João Mota. O grupo foi-se consolidando com o tempo. Os seus espectáculos eram apreciados por críticos como o Jorge Listopad, na altura presidente da comissão instaladora da Escola Superior de Teatro e Cinema, que resolveu convidar João Brites, em 1990, para leccionar na instituição. O “artesão do teatro”, como lhe chamava o dirigente da escola do Instituto Politécnico de Lisboa, hesitou porque queria continuar o seu percurso criativo. A solução passou por ficar em tempo parcial. No início João Brites encontrou uma Escola, ainda sediada no edifício do Conservatório Nacional, com um ambiente fantástico onde professores como o João Mota e a Natália de Matos conseguiam uma grande simbiose com os alunos. Eles foram os seus cúmplices no projecto pouco ortodoxo que desenvolveu na Escola. No início chegava a perguntar aos seus alunos se estes sabiam cozinhar ou coser botões. Pensava que



Com a primeira mulher Jaqueline e o filho Nicolas em 1975

as pessoas que pertencem a uma sociedade têm obrigatoriamente que saber resolver os seus problemas mais básicos. Tentava que os seus alunos fossem independentes e a escola os

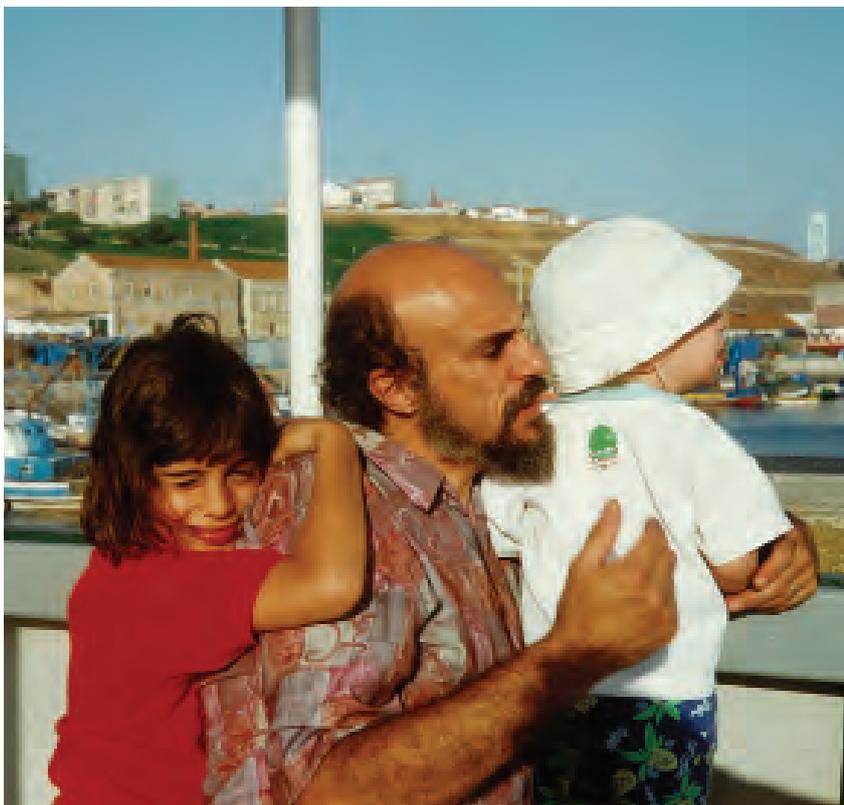


Com a mulher Rosa e a filha Sofia em Trás-os-Montes no ano de 1985

preparasse para todos os aspectos da vida futura. Assumia que o seu teatro não era convencional, no inverno dava aulas na praia nos areais desertos, procurando retirar a arte da sua moldura habitual. Para João Brites a arte deve ser fruto da nossa curiosidade e não apreciado só pelo facto de estar num museu. Mas a Escola Superior de Teatro e Cinema também lhe ensinou algo. Anteriormente o seu discurso era repleto de adjectivos, não explicava, apenas dava vazão aos seus impulsos e convicções, mas perante os alunos tinha que justificar as suas opções. Passou a ser mais concreto, permitindo ao actor perceber aspectos mais precisos.

João Brites quer reconhecer-se naquilo que os seus alunos fazem, o teatro é representação é mais que uma imitação da realidade, é algo que comunica connosco através do artificio. No fundo, a Escola permitiu-lhe desenvolver um ensino mais sustentado relativamente à consciência do actor em cena.

Actualmente, aos sessenta e dois anos, João Brites continua a fazer o esforço para conseguir ensinar da forma como o faz, em contínuo movimento, tentando dar aos futuros acto-



De férias com os filhos Sofia e João Rafael, em Setúbal, no ano de 1993

O filho que seguiu as pegadas do pai

O PRIMEIRO filho de João Brites, Nicolas, nasceu durante o seu exílio na Bélgica, em 1972, fruto do seu primeiro casamento com Jacqueline. Apesar de ter nascido na Bélgica Nicolas Brites, que veio para Portugal com apenas dois anos, sempre viu o pai ligado ao teatro tendo crescido no seio do Grupo d' O Bando. Foi durante a adolescência que começou a tomar consciência da importância do trabalho do pai, acabando por interiorizar os seus ideais políticos e o gosto pelo teatro. Actualmente é actor d' O Bando e de outras companhias, e lecciona ainda aulas de expressão dramática. O pai foi o único a vetar a sua entrada no Grupo para não o comprometer. João Brites é um pai frontal e claro, sempre com a sua cabeça ocupada num projecto.

A morte da sua primeira mulher, em 1980, despertou João Brites para o problema da representação da morte junto das crianças. Em 1986, abordou o assunto num espectáculo para a infância "Nós de Um Segredo", que gerou polémica e chegou a gerar debates com psicólogos sobre como se devia abordar o tema junto das crianças. Tornou a casar em 1982 com a Rosa, de quem teve dois filhos, a Sofia em 1984 e o João Rafael em 1990. Nicolas Brites entende que o seu pai continua



O filho Nicolas Brites no Teatro Nacional D. Maria II

a ser o rebelde que defendia as suas ideias com unhas e dentes.

A idade trouxe-lhe uma maior maturidade, passando da realização de espectáculos provocadores, para a escrita onde tenta preservar para o futuro os seus ideais culturais e artísticos. Também o seu feitio tornou-se mais diplomata, já não se zanga como acontecia frequentemente quando era mais novo durante os ensaios. A exigência, essa, mantém-se. Nicolas Brites entende que o pai, até pelo tipo de trabalho provocatório que faz, não tem o reconhecimento que outros

encenadores da sua geração tiveram. João Brites e o Teatro O Bando tentam pôr as pessoas a pensar por si próprias estimulando-lhe o intelecto. Daí as conversas nos fins dos espectáculos, o objectivo é que as pessoas se questionem sobre o que viram, não lhes fornecendo as respostas, essas são elas que as têm que encontrar. Para Nicolas, João Brites é um orador nato, nas palestras várias por ele proferidas pode constatar isso, quando se dirigiam a ele manifestando o contentamento pelo que tinham ouvido.

res conhecimentos que não os limitem numa forma, mas que lhes permitem fazer o seu próprio caminho, que para alguns deles foi o de integrarem O Bando abraçando o projecto do Grupo como cooperantes.

Também em relação ao percurso da Escola de Teatro e Cinema, o encenador tem uma visão evolutiva. Apesar de alguns momentos onde existiu uma tensão a escola acabou por se adaptar aos professores que tem, João Brites questiona também a necessidade do ensino artístico possuir um regime diferente. Defende que a escola, para ser acutilante, deve ter mais professores que conjuguem



"O que é para si a felicidade?", na sede d' O Bando, em Palmela, no ano de 2003

O Protagonista

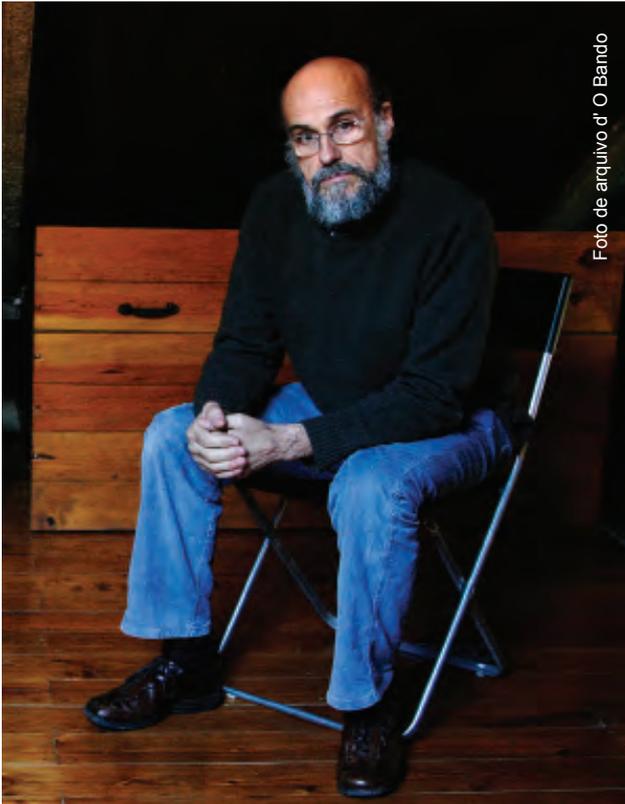


Foto de arquivo d' O Bando

No Teatro O Bando

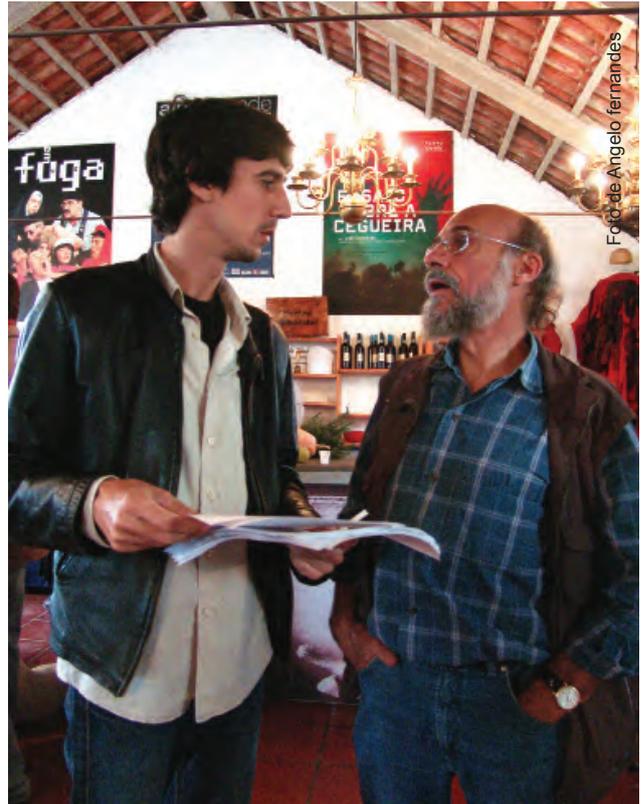


Foto de Angelo fernandes

Com Gonçalo Amorim no 23.º aniversário do grupo de teatro



Foto de arquivo d' O Bando

Num momento de leitura e reflexão

a carreira académica com a profissional. Por outro lado a direcção deve ter uma forte componente artística, e não meramente administrativa, que con-

juntamente com os professores trace um rumo artístico para a Escola.

Apesar da sua vitalidade, o encenador reconhece ser muito difícil

conciliar as aulas com o trabalho n' O Bando e as várias palestras que realiza, mas no fundo é assim que gosta de viver.

A Balada do Vale de Barris

JOÃO Brites e O Bando ocupam a quinta de Vale de Barris desde 1999. Quando ainda estavam numa instalação na Estrela, e o encenador era o director dos espectáculos da Expo 98, tinha a consciência que o grupo era uma planta num vaso que tinha de ser mudada. Depois de procurarem um local que se adequasse ao tipo de teatro que faziam, encontraram a quinta de Vale de Barris, uma antiga exploração de suínos. Com o apoio do Ministro da Cultura da época, que era o Manuel Maria Carrilho e do presidente da Câmara de Palmela, o Carlos Sousa, pediram um investimento partilhado ao banco. No início foi uma opção arriscada porque existiam pessoas do Grupo que manifestaram o receio de ficarem num deserto sem público. Hoje esse receio está ultrapassado e a quinta é um espaço agradável, com uma sala principal com 120 lugares, outra secundária para peças infantis, um salão de acolhimento, uma cozinha, armazéns, oficinas e escritórios. Praticam também uma agricultura para consumo interno, principalmente azeite. Um anexo serve de residência para os criadores que queiram realizar um retiro artístico.

Para João Brites ir ao teatro é uma viagem, as pessoas deslocam-se ao lugar não só para assistir ao espectáculo mas também para falarem sobre o que viram. Na quinta de Vale dos Barris o diálogo e a partilha estão sempre presentes, chegaram-se a organizar almoços aos sábados onde se discutiam temas como a felicidade. Apareciam pessoas tão díspares como um pastor ou um coreógrafo, que conversavam sobre o seu conceito de felicidade e que curiosamente tinham denominadores comuns. No fundo, sentados à mesma mesa aquelas pessoas, à partida de mundos tão opostos, para além de partilharem a refeição partilhavam a sua própria existência.



Foto de Vanessa de Sousa Glória

O Bando e o “Teatro de Ambiente”

EUGÉNIA Vasques, professora da Escola Superior de Teatro e Cinema e crítica de teatro é uma profunda conhecedora do percurso artístico de João Brites e do grupo O Bando. Conheceu ambos em finais dos anos setenta n' A Comuna, quando frequentava as aulas, ministradas por actores d' O Bando e d' A Comuna, para quem quisesse tomar contacto com o teatro. Eugénia Vasques caracteriza O Bando como um Grupo que se integra no movimento mundial denominado “Teatro de Ambiente”. O ambiente é aqui entendido como a estética do trabalho sobre o corpo dos actores, a relação com o público e o espaço. Este movimento estético, oriundo dos anos sessenta, foi seguido pelos artistas plásticos da geração do João Brites, quando ele estudava pintura e gravura na Bélgica. Eugénia Vasques sente-se orgulhosa por, ser uma das raras pessoas do país, a possuir uma pintura do João Brites, resultante de um trabalho escolar feito em Bruxelas.

No texto que integra o livro “Teatro O Bando afectos e reflexos de um trajecto”, uma compilação de textos resultantes do encontro que decorreu entre 15 e 18 de Outubro de 2004 na quinta de Vale de Barris, Eugénia Vasques define o grupo de João Brites como um exemplo de teatro de ambiente (artisticamente próximo das demandas geracionais da *earth art* e da *lanscape art* de artistas plásticos como Christo, De Vries, Provos, etc) no território das artes performativas em Portugal.

A professora da ESTC afirma que João Brites gosta que pensem o trabalho dele sem sentimentalismos. Lembra uma ocasião em que ele, durante uma palestra, afirmou que os críticos eram uns lamechas, a propósito de um ciclo de espectáculos realizados pel' O Bando que eram muito sensoriais, chegaram a confeccionar comida em cena que no fim os espectadores comiam. João Brites não queria boas críticas queria que as pessoas fizessem uma auto reflexão e não se limitassem a sentir. Eugénia Vasques realça igualmente o im-

portante facto de João Brites ser um professor de teatro e de ter sido um dos raros que criou uma proposta de metodologia sistémica. Ele teoriza e conceptualiza o seu modo de ensinar. No fundo trabalha em dois planos, um de pedagogia artística e outro de criação cénica com a companhia O Bando. Mas o que o distingue dos outros professores criadores é a separação entre os dois planos. Como pedagogo e metodólogo ele propõe uma metodologia, que testa, centrada na personagem intermédia. Esta é uma questão muito problemática e polémica, que coloca os alunos numa situação de não perceberem aonde ele quer chegar. Este processo de ter que pen-

sar situações para alunos, levou-o a questionar-se sobre alguns dos seus pressupostos de criador teatral.

João Brites é um professor muito directo, pouco convencional devido à sua formação como artista plástico, brusco até, que leva os alunos a problematizar-se até compreenderem aonde ele quer chegar. Apesar disso, Eugénia Vasques defini-o como um homem afectivo que esconde as suas emoções atrás das máscaras grotescas. Uma das dimensões mais assustadoras da estética d' O Bando é a permanente ligação ao tema da morte. João Brites transforma as amarguras e as tristezas em vitalidade e em arte.



Eugénia Vasques e João Mota sempre acompanharam o percurso de João Brites

Nuno Pinto: clarinete em português

A Miso Records lançou em finais de 2009 um importante CD do clarinetista Nuno Pinto (Vila Real, 1976), integralmente preenchido com obras portuguesas para clarinete solo, algumas em primeira gravação mundial e várias outras dedicadas ao próprio intérprete.

Texto de Sérgio Azevedo

NUNO Pinto estudou clarinete com Saul Silva, António Saiote, Michel Arignon e Alain Damiens, em Portugal e França. Frequentou ainda masterclasses orientadas pelos clarinetistas Guy Dangain, Walter Boeykens, Howard Clug, Robert Fontaine e Alois Brandhofer. É membro fundador dos grupos de câmara Camerata Senza Misura, Trivm de Palhetas e Clarinetes Ad Libitum e ainda membro da OrchestrUtopica, do Grupo Música Nova e do Sond'Ar-te Electric Ensemble, para além de tocar em duo com a pianista Elsa Silva.

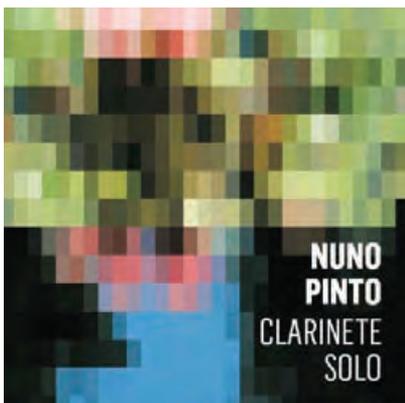
Para além de ter estado presente em mais de 80 estreias de compositores contemporâneos nacionais e estrangeiros, Nuno Pinto esteve também na origem de um número significativo de novas obras para clarinete, muitas das quais lhe foram dedicadas. É actualmente professor de Clarinete e de Música de Câmara na Escola Superior de Música e Artes do Espectáculo, no Porto.

Dadas as credenciais de um tal intérprete, este disco afigura-se-nos logo de início como uma importantíssima contribuição para o conhecimento do repertório para clarinete solo escrito nos últimos anos em Portugal, ideia que é confirmada pela escolha das peças, que representam a maioria do



que de mais importante se escreveu para o instrumento. As obras de Alexandre Delgado, João Pedro Oliveira, Paulo Brandão, Clotilde Rosa, António Pinho Vargas, Ricardo Ribeiro, Sérgio Azevedo, Virgílio Melo e Cândido Lima são, com efeito, bastante representativas da multiplicidade de estéticas característica do último quartel do século XX, multiplicidade que demorou a chegar ao meio musical português (atavicamente atrasado), mas que, ainda assim, chegou para ficar. Escritas entre 1985 (Pinho-Vargas) e 2008 (Azevedo), o leque estende-se da exploração intervalar de Oliveira e Ribeiro, até ao essencialismo telúrico de Cândido Lima, passando pela influência do jazz e do rock em Delgado e Azevedo, pelo lirismo de Paulo Brandão e Clotilde Rosa, e termina na referência a técnicas renascentistas de Virgílio Melo.

A completar o panorama de excelência deste CD, todas as obras são defendidas de forma magistral por um intérprete que não se limita a entrar em estúdio para gravar mais um disco. Ao contrário de outros músicos, que se precipitam para o estúdio, Nuno Pinto só o faz depois de amadurecer as peças em concertos ao vivo, e o resultado está à vista, ou melhor, ao ouvido: obras de transcendente virtuosidade (a maior parte das que constituem este CD) soam naturalmente "fáceis", dado o completo domínio técnico de um músico ímpar, embora ainda bastante jovem, músico que tem construído uma sólida carreira que já é uma referência do meio musical português, no qual, não obstante as dificuldades e sobressaltos de toda a ordem, ainda assim não há falta de excelentes clarinetistas.



Uma história de proveito e exemplo

A ordem do livro e da leitura nas sociedades tipográficas

O livro como objecto e a leitura como prática surgem como elementos centrais na configuração das sociedades tipográficas, definindo figuras como a do autor e inscrevendo a sua acção – vista muitas vezes como civilizadora – em regimes de circulação de ideias verdadeiras e essenciais ao desenvolvimento e à democraticidade. Longe de se estabelecer de maneira linear, este processo carrega tensões e contradições que constituem a própria matriz das denominadas sociedades tipográficas.

Texto de Nuno Medeiros

UM dos atributos que melhor caracterizam as designadas sociedades contemporâneas, conquanto lhes seja concedido um grau de desenvolvimento material e o funcionamento político que se baseie em grande medida na noção de espaço público de circulação das ideias, é o de que são sociedades tipográficas, grandemente definidas e ordenadas pelo objecto material e conceptual livro – objecto elevado a paradigma do impresso e do tornado público. Evidentemente que o vocábulo “tipográficas” com que se nomeia este tipo de sociedades é, no quadro tecnológico actual, alargado a outros campos de expressão escrita, editada e publicada, da fotocópia à desmaterialização e virtualização do texto. A relevância do livro enquanto expressão máxima de uma cultura suportada no texto escrito e na capacidade da sua descodificação mediante o exercício da leitura é a trave-mestra de um universo complexo e contraditório, nisso residindo, aliás, parte substancial do seu interesse no que à observação e reflexão diz respeito.

Neste quadro, no que concerne à dimensão da sua natureza tipográfica, a contemporaneidade confere justamente ao domínio da escrita e da leitura o estatuto de ferramentas essenciais ao desenvolvimento e aprofundamento de um factor social



de progresso. Origem e destino das faculdades de escrita e leitura, o livro emerge e mantém-se solidamente como símbolo de civilização, como marca de ordenamento do mundo e como cunho de domesticação e fixação do pensamento, inscrevendo-se frequentemente – até em muita da tradição de pesquisa nesta área – num exercício de comparação, quantas vezes evolucionista, entre sociedades letradas e pré-letradas. O texto é, então, frequentemente visto como monumento, fixação hierárquica que estabelece por si mesma uma hierarquia entre estru-

turas sociais consoante o predomínio da cultura escrita ou da cultura oral. Estas assentariam na volatilidade textual, distinguindo-se das primeiras por demonstrarem incapacidade de estabilização narrativa. No centro da cultura escrita, mais ainda impressa, radica-se o homo scrivens, configurando-se a ideia e a prática escriturais como penhor de avanço no contexto das faculdades e feitos humanos, como razão do controlo das ideias como elemento de controlo do mundo.

É desta conjunção que resulta uma das características mais típicas das so-

iedades tipográficas, a da fixação textual como caução de verdade. Através de um longo percurso histórico que até recentemente procurou circunscrever os textos e os autores eleitos para publicação a um clube restrito, muitas vezes com um cunho erudito e associado ao que de mais belo o espírito humano produziu, consolidou-se a crença generalizada que o processo de publicação, como processo de selecção, constituiria por si só uma garantia fiduciária para o leitor. Este, confrontado com o escrito não mais clandestino, porque publicado, consignar-lhe-ia um valor de confiança, assegurado de que o conteúdo tornado público seria sinónimo de correcção, afinamento, depuração, elevação. Em sociedades assim configuradas, o tipográfico significa autonomia e validação de um texto e da sua autoria. Por ser publicado e, desse modo, ter passado por um suposto processo de escolha e escrutínio, um texto passado a livro ganha esse poder mágico do transporte de verdade, instituindo a cultura tipográfica – e, de certa forma, a cultura do copismo manuscrito antes dela – como regime de autoridade. Em suma, o texto editado

As sociedades tipográficas viabilizam, nesta medida, a hegemonia do acesso à informação, com diferentes níveis de densidade e profundidade crítica, pela via da leitura do que é publicado

– pressupondo por isso actuação editorial – é visto como verdadeiro e recomendável.

A cultura escrita e, com uma intensidade maior, a cultura impressa souberam edificar-se em torno da ideia de que é na capacidade de ler e escrever que reside grande parte do acesso a este regime de verdade e aos benefícios que resultam desse acesso. Se esta asserção valeu aos círculos letrados durante séculos um estatuto de reduto de iluminação, a grande transformação na perspectiva do livro como agente de transformação social ocorre doutrinariamente com o advento da época moderna. Apesar de ser detectável anteriormente, a ideologia da capacitação individual pelo contacto com o livro e, através deste, com a escrita e, sobretudo, a leitura acentua-

se com a generalização justamente entre as comunidades de iluminados de uma apologia de aquisição escolar das faculdades de decifração e participação na cultura impressa como forma de inserção no mundo do pensamento autónomo e do conhecimento. O projecto de fabrico do homem moderno passaria, então, por dotar os excluídos de instrumentação controlada pelos poderes públicos e de acordo com os seus propósitos pela via de uma escolarização operada pelo Estado ou supervisionada por este.

A escola oitocentista, alfabetizadora, uniformizadora e tendencialmente massificante, procura puxar o número máximo de pessoas para o processo de construção de um Estado moderno com recurso à coligação de um programa e de um método educativo assente no domínio da leitura e da escrita, coligação essa que se assumiria como promotora da formação e solidificação de um conjunto comum de referências desejavelmente em toda a população. Esta proposta doutrinária, ideologia mesmo, foi um dos grandes fundamentos da expectativa política que se imiscuiu gradualmente na acção e no

discurso dos agentes governativos e especializados de que a correlação entre uniformidade educativa universal e a homogeneidade das práticas de conhecimento e recreação baseadas no domínio da escrita e da leitura haveria de constituir a plataforma social de participação de cada vez mais pessoas na esfera de actuação pública e, portanto, do Estado. A matriz liberal em que se caldeou este pensamento não deixou de trazer consequências ao nexos que tende a ligar, frequentemente de modo inevitável, a difusão do livro e da leitura à expansão de um espírito crítico e informado como recurso de desenvolvimento e democracia.

As sociedades tipográficas viabilizam, nesta medida, a hegemonia do acesso à informação, com diferentes níveis de densidade e profundidade crí-



tica, pela via da leitura do que é publicado, promovendo uma visão qualificada de leitura e reduzindo a polissemia do conceito, que não abarca num quadro referencial livresco formas e modos de ler vistos como desqualificados, marginais ou mesmo invisíveis. Esta posição dominante em torno da articulação entre descodificação da linguagem escrita e progresso, sustentada na produção e no consumo livresco e decorrendo, por isso, de uma tradição erudita e bibliófila, é portadora de um indisfarçável pendor impositivo – e, desse ponto de vista, simbolicamente violento – da valorização política da leitura nas sociedades assentes em regimes democráticos como fulcro de percepção e aplicação do vector cidadania-hábitos de leitura. É este o pano de fundo de um dos atributos mais consistentemente antagónicos das sociedades tipográficas, enquanto fadoras de modernidade no que esta deve à constituição de Estados democráticos e mercado alargado e industrial de cultura num quadro de permanentes assimetrias sociais: a tensão, provavelmente insanável, que preside à coexistência entre uma cultura livresca que se procura massificar de maneira uniformizadora e a posse de livros e de hábitos de leitura como um dos mais fortes eixos de distinção e diferenciação entre pessoas, suscitando um contínuo de comportamentos que vão da ostentação ao repúdio.

*Sociólogo e docente na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa

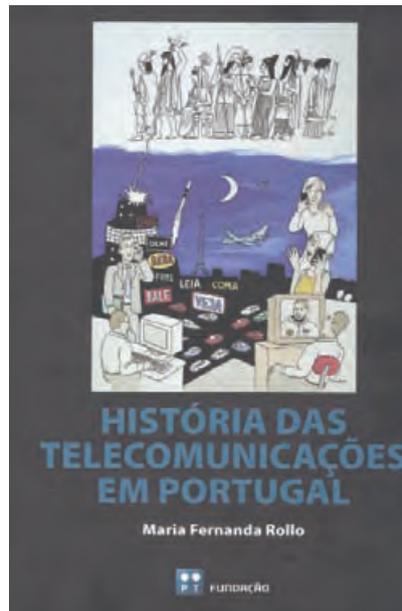
Era uma vez os Telégrafos do Reino...

“História das Telecomunicações em Portugal” – da Direcção Geral dos Telégrafos do Reino à Portugal Telecom – é o livro promovido pela Fundação Portugal Telecom para comemorar o seu 7.º aniversário. A publicação, da autoria de Maria Fernanda Rollo, é o resultado de um trabalho de investigação de parceria entre a Fundação Portugal Telecom e o Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Texto de Matilde Roque

A OBRA foca-se na evolução do sector das telecomunicações desde o século XIX até à constituição, em 1994, da Portugal Telecom. A PT é hoje uma multinacional portuguesa que presta serviços a 70 milhões de clientes nos cinco continentes. Actualmente a empresa depara-se com um momento de mudança ao introduzir um novo paradigma de negócio baseado na nova rede: a fibra óptica.

O presente livro é uma compilação de documentação da Fundação PT, oriunda de uma investigação por uma equipa do IHC – Instituto de História Contemporânea, coordenada por Maria Fernanda Rollo, de espólios e arquivos nacionais e estrangeiros, sobre a implantação e desenvolvimento das telecomunicações em Portugal e nas ex-colónias desde o século XIX.



A obra conta a história das telecomunicações no nosso país que remonta à introdução da telegrafia em

Portugal compreendendo a criação e a actividade das empresas que as têm desenvolvido e que marcaram a história das telecomunicações em Portugal. Na verdade, a história do Grupo Portugal Telecom e do conjunto de empresas que lhe deram origem confunde-se com a história do sector das telecomunicações desde os seus primórdios em Portugal até à actualidade.

A iniciativa em criar esta publicação teve como objectivo divulgar o património e a história do Grupo PT, e das telecomunicações em Portugal junto do público em geral. Esta obra dá a conhecer a importância das telecomunicações no nosso país e a sua influência no desenvolvimento económico e social do mesmo, assim como a relevância da sua evolução na modelação do nosso futuro colectivo.

Formar para Educar



A FORMAÇÃO dos educadores e professores é o tema central da obra “promoção

de competências em educação” da Doutora Isabel Dias, investigadora e docente do Ensino superior, promovida pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento de Estudos Avançados do Instituto Politécnico de Leiria, que pretende colmatar as lacunas na formação dos educadores e professores face às novas exigências sociais da educação. Assumindo a importância do sistema educativo para o progresso e evolução da sociedade, o presente manual pretende servir de instrumento para a

formação de profissionais de educação de qualidade.

No trabalho desenvolvido pela Doutora Isabel Simões Dias, é evidente a aposta na qualidade da formação de educadores de infância, partindo do princípio de que uma educação pré-escolar de qualidade contribui para o sucesso futuro do indivíduo. É essencialmente ao nível da formação dos educadores que o trabalho da autora se promove enquanto alvo de aplicação empírico.

Nesta obra a autora destaca, numa primeira fa-

se, algumas competências como o desenvolvimento do self, comunicação interpessoal, gestão da agenda pessoal, trabalho em equipa, resolução de problemas, observação e planificação. De seguida refere as exigências metodológicas, acentuando as técnicas cognitivo-comportamentais e os recursos materiais. Analisa ainda o papel do formador no desenvolvimento de competências e a avaliação do programa de promoção de competências.

Num simpósio apoiado pelo IPL

Mariano Gago alerta cientistas para a responsabilidade social

O ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago, alertou para a responsabilidade social que deve existir entre os cientistas, considerando extremamente importante o contributo da ciência para a fixação de uma cultura de avaliação na sociedade. A intervenção aconteceu durante um simpósio na Universidade Nova de Lisboa, apoiado pelo Instituto Politécnico de Lisboa.

Texto de Jorge Silva • Fotos de Clara Santos Silva



O ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior, Mariano Gago e João Rodrigues da ANICT, no encerramento do simpósio



Da esq. para a dir.: João Caraça, Frank Wagner, Nicola Lori, João Sentieiro e Maria Arménia Carrondo

NUMA sociedade permeável à credence, lembrou o ministro, a diferenciação faz-se através das fontes de autoridade, onde se inclui a ciência. Mariano Gago falava no encerramento do Simpósio da Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia, que se realizou

no passado dia 8 de Maio, na reitoria da Universidade Nova de Lisboa, com o apoio do Instituto Politécnico de Lisboa.

O ministro apelou para que os professores formem alunos com espírito crítico, que questionem a autoridade, sem deixarem de aprender tudo

aquilo que lhes é importante. Outros pontos focados foram, a abertura da ciência à internacionalização, nem que seja para aprender com os que são melhores que nós, e a promoção da cultura científica na sociedade. Durante os últimos vinte anos assistimos a um desenvolvimento científico português, único na Europa, que assentou na convicção da população portuguesa, com índices de escolaridade baixíssima, no trabalho positivo que os cientistas têm feito. E foi essa consciência social, na necessidade de apostar numa educação superior, que permitiu a aplicação das políticas científicas, por vezes em épocas de graves crises sociais, e que levou ao desenvolvimento científico. E é esse elán que, para Mariano Gago, tem de continuar a existir entre a população portuguesa e os cientistas, devendo estes demonstrar disponibilidade para ajudar a sociedade nas suas várias áreas de actuação.

Investigadores organizam-se

A ASSOCIAÇÃO Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT) é um projecto que nasceu a partir de um grupo de investigadores auxiliares, da Universidade do Minho, que resolveram criar uma associação que representasse todos os investigadores a tempo inteiro em Portugal.

Segundo o presidente da comissão instaladora, Nuno Cerca, pretende-se estabelecer contactos com as instituições que determinam a política da ciência, promover a autonomia e a excelência na investigação em todas as áreas do saber e, por fim, potenciar a divulgação do conhecimento científico para o público em geral. Para Miguel Jorge, vice-presidente da ANICT, este último objectivo é aquele que o distingue das outras associações congéneres. Essa seria a acção que a associação gostaria de se dedicar no futuro, depois de todos os outros problemas já estarem resolvidos.

A ANICT, fundada em Janeiro de 2010, conta com mais de

duzentos membros, portugueses e estrangeiros, que se encontram a realizar investigação em Portugal. Este primeiro simpósio foi um espaço de discussão a nível nacional onde, nos respectivos painéis, foram abordados aspectos como a política científica, a carreira de investigação, a transferência de tecnologia e o empreendedorismo, e a comunicação e a disseminação do conhecimento científico.

Os cerca de trezentos participantes, puderam colocar questões a um conjunto alargado de palestrantes, onde se destacaram o Reitor da Universidade de Nova de Lisboa e presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, António Rendas, o presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia, João Sentieiro e vários investigadores com provas dadas no panorama científico.



Nuno Cerca e Miguel Jorge, presidente e vice-presidente da ANICT, respectivamente

Algumas reflexões sobre o ISCAL

HABITUADA desde há muito a escrever essencialmente textos de índole científica, fiquei um pouco pensativa sobre o que escrever numa chamada Tribuna Livre da revista Politecnia do Instituto Politécnico de Lisboa. Depois de alguma reflexão e ponderação em que tema abordar, decidi-me pelo que intitulei de “Algumas reflexões”.

Talvez tenha sido o tempo actual que se vive nas escolas e, particularmente na minha, que me levou ao fim de todos estes anos de profissão, já passam dos trinta e três, a escrever o que se segue.

Pertencço a uma Escola cujas origens remontam ao século XVIII, mais concretamente ao ano de 1759, tempo do Marquês do Pombal, que com visão de futuro criou a Aula do Comércio, vocacionada fundamentalmente para a preparação de homens de negócios.

Ao longo dos anos, várias foram as reformas ou alterações que a Escola sofreu, quer ao nível dos cursos e matérias leccionadas, quer ao nível das pedagogias e metodologias utilizadas. Passou-se de uma Escola de ensino vocacionada para a preparação de como conduzir os negócios, para outra, que dava acesso a uma profissão, a de contabilista ou a uma carreira como controlador financeiro ou de técnico superior na administração pública.

Já em pleno século XXI, mais concretamente no ano lectivo de 2006/2007, com a adopção do chamado processo de Bolonha, houve alteração de paradigma no sistema de ensino/aprendizagem. Até então, o processo de ensino centrava-se no professor, do qual irradiava para os alunos. Com Bolonha o centro da actividade do ensino passou a ser o aluno, entendendo-se este como um “operário” do estudo/aprendizagem, cabendo-lhe, assim, a maior fatia do trabalho. Até en-

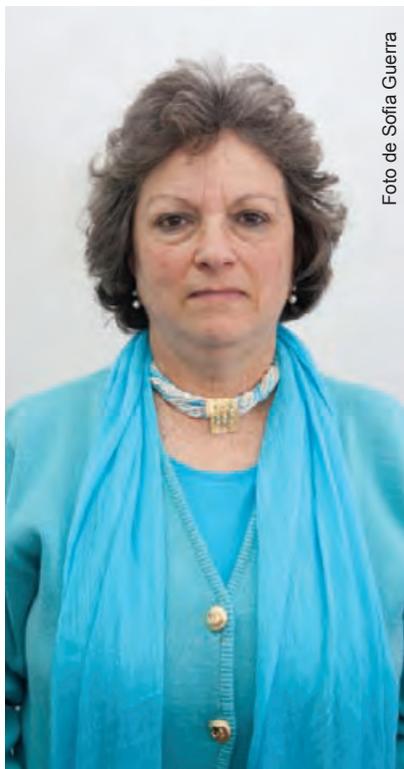


Foto de Sofia Guerra

Maria Manuela Rebelo Duarte *

Com Bolonha o centro da actividade do ensino passou a ser o aluno, entendendo-se este como um “operário” do estudo/aprendizagem, cabendo-lhe, assim, a maior fatia do trabalho

tão o professor funcionava como transmissor de conhecimentos que os alunos deveriam assimilar e relacionar.

De acordo com Bolonha, os alunos devem adquirir competências, cabendo ao professor orientar as pedagogias e metodologias de ensino de modo diferente, através da apresentação, abrindo caminhos e referindo pistas, que os alunos deverão trilhar e explorar, sempre orientados e supervisionados, de

modo a colmatar falhas, incapacidades, motivações ou necessidades de avançar na aquisição de competências, rumo ao seu futuro e inserção na vida activa.

Mas como se prepararam os professores para tão grande alteração de paradigma? Será que eles próprios adquiriram as competências para tão árdua e, simultaneamente, nobre e motivante tarefa? Como sempre e nestas circunstâncias, também aqui houve quem, entendendo o desafio, o transformasse em oportunidade, adquirindo os graus académicos, as competências necessárias e até a prestação de provas em concurso público, mas também quem se acomodasse, desligando-se de qualquer esforço de enriquecimento pessoal e curricular.

Face a este tipo de atitude, julgo dever suscitar, com toda a premência, a questão da cidadania académica, também aqui tida por um acervo de direitos, mas igualmente de responsabilidades e obrigações, não apenas ao nível da docência, mas envolvendo os demais actores do processo educativo, acompanhada da exigência ética, do constante aperfeiçoamento de competências e da transparência do exercício que, no seu conjunto, devem constituir o fundamento e a essência do ensino, bem como pautar o cumprimento da missão da escola.

Neste momento, veio-me à mente o que Mário de Andrade escreveu, há já longo tempo, “já não tenho tempo para lidar com mediocridades, nem quero estar em reuniões onde desfilam egos inflamados. Inquieto-me com invejosos tentando destruir quem eles admiram, cobiçando seus lugares, talento e sorte”.

*Presidente do Conselho Directivo do Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa